



Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano X • Número 74

Cidades Inteligentes

CBTIMAM discute novidades em TI e Meio Ambiente

Perfil:

Bolsonaro,
o novo
presidente
do Brasil



APM completa

70 anos de trabalho



Perfil:

Dória,
o novo
governador
de São Paulo





CONHEÇA A UNIVERSIDADE CONECTADA AO SEU FUTURO.

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo é uma instituição de Educação a Distância (EAD), que oferece curso superior em parceria com a USP, Unicamp, Unesp, Centro Paula Souza e outras instituições conceituadas.

A maior parte do curso é on-line com videoaulas, acesso a material didático e possibilidade de tirar dúvidas com tutores e mediadores. A parte presencial é realizada em polos onde acontecem provas, trabalhos e discussões em grupo.

UNIVESP, a universidade que conecta cada vez mais a educação ao futuro. Saiba mais no site univesp.br.



UNIVESP

Universidade Virtual
do Estado de São Paulo

47 MIL

ALUNOS MATRICULADOS
EM 287 MUNICÍPIOS

330

POLOS

CURSOS

ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA |

FÍSICA | QUÍMICA | BIOLOGIA | PEDAGOGIA



Sumário

05 Editorial

Novos desafios

06 Perfil

Bolsonaro Presidente e
Dória Governador

08 Giro Municipal

10 Matéria de Capa

Temas abrangentes marcam o
XV CBTIMAM

12 APM completa 70 anos de trabalho

13 IBGE reconta a população:

Já somos 208 milhões em 2018 e SP tem
45,5 milhões de habitantes

16 Interior Paulista se consolida como maior mercado consumidor do país

19 Coordenadoria dos Conseg's promove Encontro de Capacitação

20 FEAPAES-SP prepara edição estadual do Festival Nossa Arte

21 Espaço TCE-SP

Eficiência no serviço público

24 Espaço CRA-SP

Gestor Público, um montanhista

26 Artigos

30 Pioneira, Ecobarreira da cidade de Itai dá excelente resultado

31 Espaço IBGE

Censo Agropecuário 2017 revela
panorama rural atualizado

34 Espaço IPT

Turismo e Planejamento Municipal:
contribuições do IPT

36 Espaço Mulheres em Destaque

37 Municípios Aniversariantes

Outubro - Novembro

42 Dia-a-dia

Quando o tomógrafo eram as mãos

DF9G89B49855DA

7F@G849FC7F N-@C

JJWDFZJteYJYUcfXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

%JJWDFGxHhY.'

&JJWDFGxHhY.:fWfWf: I XcbjGMUbfC

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

'JJWDFGxHhY.G@G6CFD@G3C

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

(JJWDFGxHhY.'A5F-@B9AF-@HCB=

JYUcfXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

Q9F9BF-C; 9F5@

5BHB-C79BF; CB+C8956F9

JYUcfXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

%GMWzfC: G553-ICA-65F5

JYUcfXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

&GMWzfC: 8LOBFCBB7FJ5@C

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

'GMWzfC: 85B-958978G5G5BHG

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

H@C F9FC; 9F5@

>C9A-@C@ NC

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

%Hgd fJfC.'

&Hgd fJfC: A5FC5BHB-CD9F9585FC7-5

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

'Hgd fJfC: D8 @CF; -C5@9G

JYUcfXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

7CB9@C: -G75@

A5FC5BHB-CD9F9585FC7-5

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

CGF; ON=

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

H-5 C89ACF5G 9FF=

JYUcfXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

7CA-@C89GB8-7@B75

>C9A-@C@ NC

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

>C9A-@C@ NC

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

G-9F8C; F-@C

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

7CB9@C: 7CBG @YC

DfGxHhY.'

JJWDFZJteYJYUcfXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

GMWzfC: A5FC5BHB-CD9F9585FC7-5

DFZJteXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

7CB9@C: 89@6F5H-C

DfGxHhY.:fWfWf: I XcbjGMUbfC

JJWDFZJteYJYUcfXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

JJWDFZJteYJYUcfXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

JYUcfXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

GMWzfC: @-N@C HCA5B F9F5

JYUcfXY7Ua djbUg%+U888\$Y%, 'U%, ,L

F9@E9GD 6@F5G

8UJ U7fJgC: YfHjUgXUgJ U

Novos desafios



Carlos Cruz
Presidente da APM

outras tantas autoridades que estaremos divulgando logo após as confirmações. Também estamos trabalhando na elaboração da “grade” de conteúdo, e iremos divulgando após as confirmações. Salvem as datas, para que possam participar deste evento que será importante para este segundo período de suas gestões. Lembramos também que no dia 30 de outubro, comemoramos os 70 anos da fundação de nossa APM, quando manifestamos o respeito por seu passado e por sua história, que nos serve de inspiração e estímulo para arrimar nossas iniciativas e ações em defesa dos interesses do municipalismo paulista. Enfim, meus amigos e amigas, estamos atentos e focados no fato que os mandatos municipais atingiram a metade de seu período e, logo mais, já se iniciam as discussões para as eleições municipais. Nesse sentido, estamos nos preparando para contribuir fortemente para excelência de suas gestões, para que atinjam os maiores índices de aprovação, preparando para a melhor prestação de contas e posicionamento eleitoral. No mais, boa leitura a todos e recebam nossas melhores Saudações Municipalistas.

*P*or mais que este título pareça lugar comum, é isso mesmo que temos a transmitir aos amigos municipalistas, diante das atividades que nos esperam para o futuro. De imediato, iniciaremos articulações para abriremos canais desobstruídos de comunicação com a equipe do Governador eleito e com ele próprio, João Dória, para assegurarmos a continuidade do diálogo municipalista com o Governo do Estado, a partir de primeiro de janeiro.

No âmbito federal, estaremos vinculados a liderança da CNM – Confederação Nacional dos Municípios, engajados na defesa da pauta municipalista no Congresso Nacional e Governo Federal.

Estamos preparando o CBTIMAM, Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação e Meio Ambiente Municipal, nos dias 21, 22 e 23 de novembro. Na área de Tecnologia da Informação, vamos abordar o tema “Cidades Inteligentes” e a importância do Satélite Remoto lançado ao espaço pelo Governo Federal, estratégico para inúmeras funções de Defesa, mas também responsável pela viabilização do Programa “Internet para Todos” e do recém-lançado “Cidades Inovadoras”.

O Meio Ambiente será discutido amplamente, focando na Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, numa integração poder público e iniciativa privada, buscando as melhores práticas de gestão. Já temos asseguradas as presenças do Presidente da República e dos Ministros da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações, do Meio Ambiente e das Cidades, além de

**REVISTA MUNICÍPIOS
DE SÃO PAULO**

SETEMBRO/OUTUBRO 2018

**EDITOR E JORNALISTA
RESPONSÁVEL**
Flávio Lamas

DESIGN GRÁFICO
Ana Paula Moraes

IMPRESSÃO
Lince Gráfica e Editora
www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e
números atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@paulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@paulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressem apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

Bolsonaro Presidente

Regulamentar o pacto federativo. Esta é uma das metas anunciadas pelo deputado federal Jair Bolsonaro, 63 anos, do PSL, o 38º presidente do Brasil, eleito com 57.797.847 votos, correspondentes a 53,13% dos votos válidos. Ele fez esta declaração nas primeiras entrevistas após o anúncio oficial de sua vitória, em pronunciamento das redes sociais, onde tem mais de 30 milhões de seguidores. Este é o meio de comunicação em que baseou toda sua campanha, já que contava com apenas 8 segundos em horário de televisão aberta e sem fundos financeiros partidários.

Jair Messias Bolsonaro é paulista, nasceu em Glicério, município de 4.800 habitantes no noroeste do Estado, próximo a Penápolis, na região de Araçatuba. Mas oficialmente ele é campineiro: seu registro em cartório foi feito pelo pai, o dentista Percy Geraldo Bolsonaro, 10 meses depois, no dia 1 de fevereiro de 1956, em Campinas, onde morava parte de sua família de imigrantes italianos e alemães.

Capitão do Exército, escreveu artigo para a Veja protestando contra baixos salários e acabou preso. Ao dar baixa, começou a vida política no Rio de Janeiro como vereador, cumprindo dois anos de mandato. Daí em diante, candidatou-se a deputado federal e reelegeu-se por sete mandatos consecutivos, entre 1991 a 2018. Em 2014, foi o deputado mais votado do Rio de Janeiro, com 464 mil votos.

No jargão da política brasileira, Bolsonaro fazia parte do baixo clero – aqueles deputados que nunca conseguem destaque e não são reconhecidos pela mídia. Mesmo com mais de 170 projetos apresentados, apenas dois prosperaram. Seus discursos inflamados e com posicionamentos de direita capitalizaram o descontentamento com o governo petista, que já apresentava sinais de desgaste com o alto desemprego e a economia em crise.

Como candidato, ocupou desde o primeiro momento a liderança entre os eleitores. Foi vítima de atentado. Venceu no primeiro turno, derrotando políticos tradicionais como Ciro Gomes, Marina Silva, Geraldo Alckmin e o indicado pelo PT, Fernando Haddad. No segundo turno, venceu em todos os estados brasileiros, exceto no Pará e na Região Nordeste.





Dória Governador

O novo governador de São Paulo, o estado mais importante da federação, é o empresário e ex-prefeito da capital paulista João Doria, 60 anos, do PSDB, eleito com 10.990.160 votos, o que corresponde a 51,75% dos votos válidos.

Sua vitória mantém a hegemonia tucana no comando do estado há 24 anos, que começou com Mario Covas e seguiu até Geraldo Alckmin. Ele venceu em 485 cidades do interior do estado.

Esta é a segunda campanha política de Doria. A primeira foi dois anos atrás, que venceu em primeiro turno para ocupar o cargo de prefeito de Capital. Mas decidiu deixar a prefeitura em abril, depois de 15 meses, para disputar a eleição para governador. Paulistano, nasceu em 16 de dezembro de 1957, filho do

publicitário e ex-deputado federal João Doria e de Maria Sylvia Vieira de Moraes Dias Doria.

Com o golpe militar em 1964, seu pai, publicitário e marqueteiro político, que se elegera deputado federal teve o mandato cassado, o que fez com que a família se exilasse em Paris por 2 anos.

Em 1970, aos 13 anos, Doria começou a ajudar sua mãe na fábrica da família. Mais tarde, por meio das relações do pai, conseguiu um estágio em um departamento de Rádio, TV e Cinema de uma agência de propaganda.

Fez faculdade de Comunicação Social na FAAP e logo assumiu uma diretoria na antiga TV Tupi. Depois, tornou-se diretor na Rede Bandeirantes e ficou à frente da MPM, maior agência de propagan-

da do país na década de 80.

Sua grande marca está no Grupo Doria, grupo de Comunicação e Marketing composto por seis empresas: Doria Administração de Bens, Doria Editora, Doria Eventos, Doria Internacional, Doria Marketing & Imagem e LIDE (Grupo de Líderes Empresariais).

Foi no LIDE, que atualmente possui 1.650 empresas filiadas e que representam 52% do PIB privado brasileiro, que Doria se consolidou líder empresarial e articulador entre os empresários.

Doria foi secretário Municipal de Turismo, além de presidente da Paulistur entre 1983 e 1986, na gestão de Mário Covas na Prefeitura de São Paulo. Posteriormente, presidiu a Embratur e o Conselho Nacional de Turismo, de 1986 a 1988.

Terminadas as eleições gerais brasileiras, as atenções agora se concentram na expectativa de uma mudança de postura das autoridades federais e estaduais para implementarem de fato o Pacto Federativo. Somente com a reestruturação do sistema distributivo de impostos os municípios poderão efetivamente atenuar os graves problemas em todas as áreas. Enquanto ficarmos subordinados ao sistema cruel do famoso pires na mão, não haverá avanço. O pacto federativo é um sonho que não precisa muito para se tornar realidade: basta apenas que tanto o presidente eleito, Jair Bolsonaro, quanto o governador eleito, João Dória, cumpram o que acordaram com as lideranças municipais.

Fernandópolis

Habitação

A Prefeitura e a Secretaria Estadual de Habitação firmaram parceria para a construção de 219 casas populares no conjunto habitacional Fernandópolis I. O investimento é de R\$ 21 milhões e a construtora responsável já realiza a terraplanagem no local. A CDHU vai fazer a licitação, administração e supervisão das obras. Em breve, a Administração fará a divulgação para as inscrições das famílias. O prazo para conclusão da obra é 2020.

Andradina

Geração de energia

A prefeita Tamiko Inoue participou de audiência pública na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em Brasília, para estabelecer contatos com a nova diretoria. Andradina é cidade sede da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos e os municípios da região querem entender como a Agência define o valor médio da energia gerada e os subsídios para a formação da Tarifa Atualizada de Referência - base de cálculo para a compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos.

Lins

Educação ambiental

A Secretaria de Educação de Lins, em parceria com a Secretaria de Agropecuária, Meio Ambiente e Sustentabilidade de Tietê, a concessionária Triunfo Transbrasiliana e a AES Tietê, desenvolveram o projeto Nascentes de Vida. O objetivo é proporcionar reflexão sobre a preservação dos recursos hídricos e contribuir para a formação de cidadãos conscientes. O projeto é aplicado em 12 escolas municipais para cerca de 1.200 alunos e aula-passeio no Horto Municipal de Lins.

São José do Rio Preto

Segurança

A Guarda Civil Municipal de Rio Preto recebeu quatro motos novas para reforçar a frota da corporação. Os veículos foram equipados com sirene, baú, luz do tipo giroflex e caracterização de cores. “É um tipo de veículo que ajuda na locomoção rápida”, disse o prefeito Edinho Araújo. A GCM conta com 23 carros, 20 motos e um ônibus. As quatro viaturas foram adquiridas com verba federal, no valor de R\$ 92 mil. A previsão é a entrega de quatro carros novos em até 60 dias.

Ribeirão Preto

Modernização

O Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto está investindo R\$ 439 mil na compra de equipamentos de informática e abriu licitação para a aquisição de 72 computadores, 6 notebooks, 4 scanners e 15 impressoras pela modalidade pregão eletrônico. O edital segue a Lei Complementar 123/2006. O objetivo é modernizar e ampliar o atendimento ao público, setor que passará por reforma e será um dos beneficiados com a compra dos equipamentos.

Piracicaba

Salão do Humor

Esse ano, o Salão de Humor de Piracicaba completa 45 anos. Um dos maiores eventos de exposição de humor no mundo, com obras que permitem a reflexão sobre temas universais em cartuns, caricaturas, charges, tiras e escultura. A visitação, gratuita, ocorre nas dependências do Parque do Engenho Central e movimentou o turismo na cidade. São mais de 2,6 mil trabalhos enviados por artistas de 53 países e as obras da mostra principal são analisadas por um júri.

Lorena

Arte educativa

A Secretaria de Educação de Lorena e a Concessionária CCR Nova Dutra levaram para cerca de 600 estudantes de escolas municipais, o espetáculo Sabor de Vitória com temática sobre alimentação saudável. A dinâmica interativa é realizada pela companhia itinerante de teatro de bonecos BuZum. De maneira lúdica e criativa, o objetivo é fazer a criança entender como o alimento pode colaborar para uma rotina de vida mais saudável. O projeto tem apoio da Lei Rouanet.



Guarujá

PS Infantil

A Prefeitura do Guarujá reformou e entregou, esse ano, o Hospital Dia Willian Rocha (Jardim Boa Esperança), o PAM da Rodoviária (Santo Antonio) e recentemente o Pronto Socorro Infantil 24 horas, em Vicente Carvalho. A unidade fará 500 atendimentos por dia, tem 9 leitos, 3 pediatras (dia) e 2 (noites), salas de inalação, medicamentos e emergência e controle de fluxo. O PSI fica anexo ao Pronto Atendimento (UPA), no Pae Cará.

Santa Cruz do Rio Pardo

Sustentabilidade

Com o objetivo de reunir produtores rurais e técnicos interessados em conhecer de perto práticas de produção mais econômicas e saudáveis, Santa Cruz do Rio Pardo sedia o 1º Encontro de Horticultura Sustentável. O evento tem apoio da Hidroceres, empresa que produz e comercializa mudas. A iniciativa é da Secretaria de Agricultura em parceria com o Sindicato Rural e o SENAR SP/FAESP, entidades voltadas à produção rural.

Rio Claro

Drones

A prefeitura de Rio Claro iniciou curso e treinamento para o uso de drones, equipamentos que o município adquiriu para utilização em vários setores. Além de servidores municipais, participam representantes da Guarda Municipal, Polícia Militar, bombeiros, Polícia Ambiental e Polícia Civil. O curso de operações com sistemas de aeronaves remotamente pilotadas está sendo realizado pela Defesa Civil, com aulas teóricas e práticas para 24 alunos.

Brotas

Juventude

O prefeito Leandro Corrêa assinou o Protocolo de Intenções do Projeto Piloto Recomeço Jovem, parte do Programa Estadual de Prevenção e Empoderamento Juvenil, destinado a adolescentes de 15 a 18 anos em situação de risco. O objetivo é fortalecer protetivos ao uso de drogas, por meio de ações socioeducativas, de cidadania e consciência comunitária. O projeto será desenvolvido pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Secretaria de Ação Social.

Quintana

Dia do Servidor

Para festejar o Dia do Servidor Público, a Prefeitura de Quintana promoveu uma grande confraternização para seus funcionários. O evento realizado no Clube Recreativo, foi a maneira que o prefeito Nilton Silvério e o vice-prefeito Adevar Coluci encontraram para parabenizar e interagir com os servidores públicos de todas as áreas e secretarias. “Esse momento de integração nos deixa muito feliz. Quero agradecer e parabenizar a cada um, devemos cuidar e valorizar os nossos servidores pelos serviços prestados à nossa população”, destacou o prefeito.

Franca

Planejamento

A prefeitura criou a comissão Fórum Franca 2040 e realizará nos próximos meses debates buscando preparar a cidade para o futuro, definir estratégias de planejamento e desenvolvimento com sustentabilidade para a população ter melhor qualidade de vida. A comissão será composta por 12 membros de diversos setores da Administração. O prefeito Gilson de Souza ressaltou a importância de um planejamento para os 20 anos seguintes.

Santa Fé do Sul

Urbanização

A Prefeitura de Santa Fé do Sul lançou o projeto Piloto de Floresta Urbana na Av. Paulo Nunes e atende o Programa Município VerdeAzul, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. O local foi preparado com o plantio de grama, transformando o lugar em calçada ecológica, com o plantio de árvores nativas e de médio porte em ambos os lados e na ilha. A avenida é uma importante via de ligação da cidade.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br

TI - Meio Ambiente - Pauta Municipalista

Temas abrangentes marcam o **XV CBTIMAM**

As últimas novidades da informática, meio ambiente e política são os temas do XV Congresso Brasileiro de Tecnologia da informação e Meio Ambiente Municipal (CBTIMAM), promovido pela Associação Paulista de Municípios, que acontecerá entre os dias 21 a 23 de novembro, no Centro de Eventos Pro Magno, em São Paulo, Capital. A abertura contará com a presença de autoridades, como ministros, secretários, deputados, prefeitas, prefeitos, vereadores e gestores municipais. No encerramento, que terá a presença do presidente Michel Temer, será realizado um encontro dos 70 deputados federais eleitos por São Paulo e lideranças sindicalistas, como o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Glademir Aroldi, para discussão da pauta municipalista na próxima legislatura.

“O CBTIMAM é um congresso técnico, voltado para a área da tecnologia da informação, mas estamos enriquecendo o evento com a discussão de temas ambientais importantes para os gestores municipais, como soluções para resíduos sólidos, além de reunir os novos parlamentares para conversarmos sobre temas convergentes de interesse coletivo”, explica o presidente da APM, Carlos Cruz.

O XV CBTIMAM terá um fórum com grandes temas e uma feira paralela de produtos e serviços. O objetivo é apresentar e discutir as leis em vigor que tratam de informatização, transparência, responsabilidade fiscal, Tribunal de Contas etc. E tam-

bém discutir o avanço democrático dos processos de soluções informatizadas que resultam no acesso direto dos cidadãos às contas dos municípios (do Estado e da União) fazendo com que sejam participantes, controladores e auditores diretos da administração pública.

O credenciamento acontecerá na quarta-feira, dia 21 de novembro, das 9h30 às 10h30, nas dependências do Centro de Eventos Pro Magno e a abertura oficial está prevista para as 10h30, com as presenças de ministros e autoridades, entre as quais Jesus Norberto Gomes, da Waste



Carlos Cruz, presidente da APM



Gilberto Kassab, ministro da Ciência e Tecnologia



Alain Grimard, oficial sênior da ONU- Habitat



Rogério Menezes, presidente da ANAMMA



Edson Duarte, ministro de Estado do Meio Ambiente



Alexandre Baldy, ministro do Estado de Cidades



Jesus Norberto Gomes, diretor da Waste Expo Brasil

Expo Brasil, Rogério Menezes, presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma), Alain Grimard, oficial sênior da ONU-Habitat, Jonas Donizete, prefeito de Campinas e presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Bruno Covas, prefeito de São Paulo e os ministros da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, das Cidades, Alexandre Baldy e do Meio Ambiente, Edson Duarte.

Programação

Quarta-feira, 21 de novembro

9h30–10h30 - Credenciamento / recepção

Abertura Oficial

10h30–13h00- Carlos Cruz, Presidente da APM;
- Jesus Norberto Gomes, Waste Expo Brasil;
- Alexandre Baldy, Ministro do Estado de Cidades;
- Edson Duarte, Ministro do Meio Ambiente;
- Bruno Covas, Prefeito de São Paulo;
- Jonas Donizete, Prefeito de Campinas e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos;
- Rogério Menezes, Pres. Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA;
- Alain Grimard, Oficial Sênior Internacional da Organização das Nações Unidas – Habitat;
- Conselheiro Renato Martins Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de SP;
- Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, Presidente do Tribunal de Justiça/SP

Sala 2

Cidades Inteligentes, Governos Sustentáveis
14h00 às 14h15 - Carlinhos Brown, músico e ativista social - Apresentação em vídeo. Lançamento de programa de preservação ambiental
14h15 às 14h45 - Telebrás - "Programa Internet para todos". - Helcio Vieira Junior, Gerente de Relacionamento com Operadoras e Parceiros
14h45 às 15h15 - Romildo Campello, Secretário Estadual da Cultura - "Comunicação em rede para o fortalecimento da cultura – Lançamento do APP - Agenda Cultura Paulista"
15h15 às 15h30 - Anatel - Humberto Bruno Pontes Silva, Chefe da Assessoria Técnica
15h30 às 16h15 - CPQD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
- "Plataforma IOT para Cidades Inteligentes"
Vinícius Garcia de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento de Negócios
16h15 às 16h45 - IMA - Informática para Municípios Associados - Fernando Gamero, Pres. da IMA
16h45 - Hubse Tecnologia Da Informação - "Cidades pequenas, grandes realizações - Vocação e tecnologia a serviço das pessoas". Júlio Ribeiro, CEO da Hubse.

Quinta-feira, 22 de novembro

Painel de Financiamento e Fomento

14h00 – 15h00 - Ministério do Meio Ambiente



*Michel Temer,
presidente do Brasil*



*Rodrigo Garcia,
vice-governador eleito*



*Cauê Macris,
presidente da ALESP*



*Glademir Aroldi
presidente da CNM*



*Bruno Covas,
prefeito de São Paulo*



*Jonas Donizetti,
prefeito de Campinas*

- "Fortalecimento do Sisnama" - Renata Pieratti, Secretária de Articulação Institucional e Cidadania (SAIC)

- "Programa nacional de capacitação de gestores municipais" - Renata Maranhão, Diretora do Departamento de Educação Ambiental
- "Como fazer uma prefeitura ser eficiente e ambientalmente sustentável" - Dioclécio Luz, Coordenador-Geral do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

15h00 - 15h45 - Instituto Espinhaço - "Estratégias Inovadoras para o Desenvolvimento Sustentável nos Territórios: Oportunidades que conectam o Global no Local" - Luiz Cláudio de Oliveira, Presidente do Instituto Espinhaço

15h45 - 16h00 - Banco do Brasil

16h00 às 16h15 - Meuval - Gestão Administrativa - "Adiantamento salarial com redução de folha de pagamento e Aplicativo de Rede Social para o Comércio Local" - Fábio Sá, Diretor Comercial e Marketing

16h15 - 16h30 - Desenvolve SP - "Apoio Financeiro aos Municípios" - Eduardo Tadeu Saggiolato, Diretor de Negócios e Fomento

Painel de Boas Práticas Municipais – Cases de Sucesso

- **16h30** - Euris Ribeiro, Prefeito de Bom Jesus da Lapa-Bahia - "Implantação do 1º Parque Solar do país"
- Nelson R. Bugalho, Prefeito de Presidente Prudente, Promotor de Justiça (licenciado), Vice-Presidente da CETESB (2011-2016) e

Mestre em Direito Penal Supraindividual - "Usina de reciclagem e destinação correta de resíduos sólidos"

- Frederico Guidoni Scaranello, Prefeito de Campos do Jordão/SP - "Parceria Público-Privada (PPP) de iluminação pública"

- IPT – Instituto De Pesquisas Tecnológicas - "Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Pílo-to em Bertioga" - Cláudia Teixeira, Diretora do Centro de Tecnologias Geoambientais do IPT
Moderador: Clodomiro Correia de Toledo Jr, Prefeito de Santo Antonio do Pinhal/SP

Sexta-feira, 23 de novembro

Pauta Municipalista no Congresso Nacional na Próxima Legislatura (2019/2022)

14h00 - Glademir Aroldi, Presidente da CNM;

- Carlos Cruz, Presidente da APM;

- Bancada Paulista no Senado Federal;

- Bancada Paulista na Câmara Federal;

- Prefeitos(as), vice-prefeitos(as), vereadores e gestores municipais.

17h00 - Sessão Solene de Encerramento: Homenagem ao Presidente, Michel Temer.

- Glademir Aroldi, Presidente da CNM;

- Carlos Cruz, Presidente da APM;

- Gilberto Kassab, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

- Bruno Covas, Prefeito de São Paulo;

- Governador Márcio França;

O governador eleito João Dória está em viagem e por isso não poderá estar presente.

APM comemora 70 anos de trabalho e luta pelo municipalismo

No último dia 30 de outubro, a Associação Paulista de Municípios (APM) completou 70 anos. A data foi lembrada com uma mensagem do presidente Carlos Cruz, através da TV Municipalista e da TV APM:

“Comemoramos solenemente esta data, inicialmente homenageando aqueles que ao longo de sete décadas de existência da APM escreveram no livro de sua história as páginas de lutas e conquistas.

Sabemos que temos a missão de honrar os que nos antecederam. Em 63 anos de trabalho ininterrupto de Congressos Estaduais de Municípios, passaram várias gerações de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e gestores municipais que construíram e fizeram da APM a representante legítima e defensora dos interesses coletivos dos municípios paulistas. Temos consciência da responsabilidade diante desses novos tempos que enfrentaremos, quando o povo brasileiro e paulista escolheram seus novos comandantes e cabe a nós abriremos os canais de comunicação com o Governo Estadual e sob a liderança da Confederação Nacional de Municípios (CNM) estarmos presentes no Congresso Nacional e no governo em Brasília, cuidando e defendendo a pauta municipalista na instância federal.

Manifestamos aos nossos prefei-



tos, vice-prefeitos, vereadores e gestores municipais a confiança em nós depositada e a receptividade que sentimos no trabalho que desempenhamos. Brindamos então com todos os nossos amigos municipalistas os 70 anos da APM, convictos de que, com

sinceridade de princípios e honestidade de propósitos, escreveremos páginas edificantes que no futuro irão orgulhar os dirigentes que virão.

Parabéns a APM e todos os dirigentes na data que comemoramos os 70 anos de fundação”.

Nossos ex-presidentes



Anis Badra



José do Vale Pereira



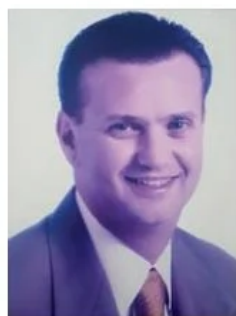
Wilson José



Orestes Quêrcia



Lincoln Magalhães



Gilberto Kassab



Francisco Rocha



Celso Giglio



Marcos Monti



IBGE reconta a população:

Já somos 208 milhões em 2018 e SP tem 45,5 milhões de habitantes

Números são importantes para definir quanto cada cidade irá receber do Fundo de Participação dos Municípios

Por Lilian Souza

O Brasil cresceu. Oficialmente já somos 208,5 milhões de habitantes, de acordo com a última revisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Estado de São Paulo mantém a primeira posição como o mais populoso, com 45,5 milhões de habitantes. No ano passado, o país tinha 207,6 milhões de pessoas, o que proporcionou uma taxa de crescimento de 0,82% entre 2017 e 2018, considerando a população residente dos 5.570 municípios brasileiros.

Esses números estavam sendo muito aguardados principalmente pelos Estados e Municípios, porque é com base em cálculos proporcionados pelo número de habitantes que são definidos os valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou seja, as verbas oficiais da distribuição

dos impostos.

Essa revisão, com data de referência de 1º de julho de 2018, incorporou os imigrantes venezuelanos no estado de Roraima, dos quais 99% estavam nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. Para a professora de economia do Insper, Juliana Inhasz, é funda-

mental essa revisão do IBGE, principalmente para equacionar casos como este de Roraima, que teve a chegada de venezuelanos em massa.

“Essa revisão é um importante instrumento para que estados e municípios pensem como fazer suas políticas públicas. Dessa

Prover qualidade de vida

“Guarulhos está entre as maiores cidades brasileiras, tendo mais habitantes que diversas capitais de Estados. Por isso, nossa árdua missão diária é de prover qualidade de vida e oportunidade para continuarmos crescendo como guarulhenses, como cidadãos, como cidade.”

Gustavo Henrique Costa
Prefeito de Guarulhos





forma, as atualizações são necessárias para resolver casos como o de Pacaraima, por exemplo, e que atenda essa população”, afirmou Juliana. O estudo do IBGE mostrou que o país tem contingente maior de pessoas vivendo em cidades de médio para grande porte em relação à população dos municípios pequenos.



O município de São Paulo continua sendo o mais populoso do país, com 12,2 milhões de habitantes, seguido pelo Rio de Janeiro (6,7 milhões de habitantes), Brasília e Salvador (cerca de 3 milhões de habitantes cada). Dezesete municípios brasileiros têm população superior a 1 milhão de pessoas e, juntos, eles somam 45,7 milhões de habitantes ou 21,9% da população do Brasil. Serra da Saudade (MG) é o município brasileiro de menor população, 786 habitantes, seguido de Borá (SP), com 836 habitantes, e Araguainha (MT), com 956 habitantes.

No ranking dos estados, os três mais populosos estão na região Sudeste, enquanto os cinco menos populosos estão na do Norte. O líder é São Paulo, com 45,5 milhões de habitantes, concentrando 21,8% da população do país. Roraima é o estado menos populoso, com 576,6 mil habitantes (0,3% da população total).

Repasse da União

As estimativas populacionais municipais são um dos parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no cálculo do Fundo de Participação de Estados e Municípios – que é uma transferência constitucional de 22,5% da arrecadação pela União do Imposto de Renda (IR) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). As estimativas são referência para vários indicadores sociais, econômicos e demográficos.

A distribuição dos recursos aos municípios é calculada pelo TCU com base nas informações sobre a população e a renda per capita fornecidas pelo IBGE. Para efeito de cálculo, os municípios são divididos em três classes: Capitais (Distrito Federal e as capitais estaduais); Reserva (população a partir de 142.633 habitantes); e Interior (demais cidades). No quadro geral, o FPM obedecerá à seguinte distribuição: 10% para as Capitais; 3,6% para os que pertencem à Reserva; e 86,4% para os do Interior.

Segundo o especialista em finanças públicas Valdemir Pires, a imensa maioria dos municípios depende exclusivamente desse repasse da União. “É a principal receita grande parte das cidades, já que a capacidade arrecadatória delas é insuficiente para sustentá-las”, afirmou Pires, que também é professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp). O repasse do Fundo é obrigatório e realizado aos municípios a cada dez dias.

A capital paulista é a que recebe o maior montante. Para Pires, o atual modelo não equaciona adequadamente as responsabilidades de cada nível de governo com sua capacidade financeira, deixando ainda, principalmente, os municípios muito dependentes de repasses da União. “Seria conveniente um redesenho federativo do Brasil, pois atribuiria responsabilidades aos três níveis de governo, o que definiria a eles recursos financeiros, equilibrando recursos com responsabilidades.”

Este crescimento era para 2020

“Os dados do IBGE consolidam Piracicaba como uma cidade de porte médio. O alcance dos 400 mil habitantes era esperado para 2020 e a antecipação aumenta os desafios e a complexidade de gerir uma cidade desse porte, principalmente nas áreas de saúde, transporte, sustentabilidade e desenvolvimento econômico.”

Barjas Negri
Prefeito de Piracicaba



Grandes cidades

Em 2018, pouco mais da metade da população brasileira (57,0% ou 118,9 milhões de habitantes) vive em apenas 5,7% dos municípios (317), que são aqueles com mais de 100 mil habitantes.

Os municípios com mais de 500 mil habitantes (46) concentram 31,2% da população do país (64,9 milhões de habitantes). Por outro lado, a maior parte dos municípios brasileiros (68,4%) possui até 20 mil habitantes e abriga apenas 15,4% da população do país (32,1 milhões de habitantes).

Serra da Saudade (MG) é o município brasileiro com menor população, estimada em 786 habitantes em 2018, seguido de Borá (SP), com 836 habitantes, e Araguaína (MT), com 956 habitantes. Esses três municípios eram os únicos no país com menos de mil

habitantes em 01/07/2018.

Entre as Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES), a região metropolitana de São Paulo é a mais populosa, com 21,6 milhões de habitantes, seguida pela do Rio de Janeiro (12,7 milhões de habitantes), pela de Belo Horizonte (5,9 milhões de habitantes), e pela Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal e Entorno (4,3 milhões de habitantes). Ainda entre as Regiões Metropolitanas, 28 possuem população superior a 1 milhão de habitantes e somam 98,7 milhões de habitantes, representando 47,3% da população total. O conjunto das 27 capitais totaliza 49,7 milhões de habitantes, representando 23,8% da população do país.

As populações dos municípios foram estimadas por um procedimento matemático e são o resultado da distribuição das populações dos estados, projetadas por métodos demográficos, entre seus diversos municípios. O método baseia-se na projeção da população estadual e na tendência de crescimento dos municípios, delineada pelas populações municipais captadas nos dois últimos Censos Demográficos (2000 e 2010).

Ranking Nacional dos dez maiores:

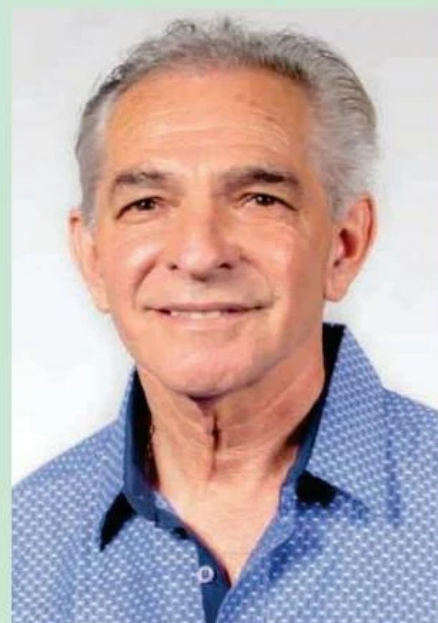
Quando se excluem as capitais, seis municípios paulistas estão entre os dez mais populosos.

- 1ª - Guarulhos (SP)
- 2ª - Campinas (SP)
- 3ª - São Gonçalo (RJ)
- 4ª - Duque de Caxias (RJ)
- 5ª - São Bernardo do Campo (SP)
- 6ª - Nova Iguaçu (RJ)
- 7ª - Santo André (SP)
- 8ª - São José dos Campos (SP)
- 9ª - Jaboatão dos Guararapes (PE)
- 10ª - Osasco (SP)

Números norteiam as ações

“O trabalho realizado pelo IBGE é o esteio para que o Governo Federal tenha a noção da realidade dos municípios, que em sua grande maioria dependem dos recursos federais e estaduais para manutenção, em especial, da Saúde e Educação. A seriedade, unida à tecnologia atual, certamente favorecerão uma apuração de dados mais eficiente, permitindo melhorar as ações futuras por parte dos Governos Federal, Estadual e Municipal em prol da população brasileira.”

*Paulo Sérgio Barboza de Lima
Prefeito de Águas de São Pedro*





***Estudo anual da IPC
Marketing Editora
confirma que a
descentralização
industrial elevou a
renda per capita e o
padrão de consumo de
bens essenciais em
diferentes regiões do
Estado***

Wilson Marini
Especial para a APM

Os municípios do Interior Paulista têm bons motivos para elevar ainda mais a auto-estima, principalmente na economia. O novo levantamento de potencial de consumo, elaborado pela consultoria IPC Marketing Editora, aponta que esta região do país se consolidou na posição de maior mercado consumidor do País, à frente inclusive da Região Metropolitana de São Paulo, que até há alguns anos era o maior polo de consumo no Brasil.

A empresa estima o potencial de consumo no Interior Paulista em 2018 em R\$ 654,4 bilhões, enquanto o da Região Metropolitana de São Paulo é calculado em R\$ 571,9 bilhões, ou seja, 82,5 bilhões a menos. Nesse estudo, o mapa do Interior inclui o Litoral paulista, num total de 606 municípios.

Com esses números, o levantamento de 2018 atribui ao Interior 53,4% da soma do total em dinheiro a ser gasto no Estado de São Paulo com alimentação, habitação, transporte, saúde, vestuário e educação, entre outros itens, contra 46,6% da Capital e os demais 38 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Outro dado que



**Rodovia do Centro-Oeste
Paulista, entre Florínia-Igarapava:
interior consolida posição**

Interior Paulista se cons- maior mercado consum

mostra a força do Interior Paulista é o consumo per capita urbano, de R\$ 27.886 por ano, contra R\$ 26.658 na Região Metropolitana de São Paulo.

Descentralização

O responsável pela pesquisa, Marcos Pazzini, afirma que o Interior de São Paulo deve continuar ganhando participação no cenário de consumo nos próximos anos. Segundo ele, esse fenômeno acontece principalmente devido à instalação de novas empresas fora dos grandes centros metropolitanos. Estes apresentam condições desfavoráveis devido aos altos

custos de mão de obra, de aluguel e dificuldades de logística, soluções que boa parte dos municípios paulistas no Interior oferece com larga vantagem.

Aproveitando esse cenário favorável, vários municípios do Interior desenvolveram áreas industriais e comerciais, com incentivos para instalação de novas empresas.

Segundo Pazzini, com a abertura de mais empresas no Interior de São Paulo, houve maior geração de empregos e consequentemente maior geração de renda para a população, que se expressou num maior aumento do consumo dessa



solidifica como líder do país

população.

Os números da IPC Marketing Editora confirmam a tendência de consolidação da força dos mercados regionais paulistas, na opinião do presidente da APJ (Associação Paulista de Jornais), Renato Zaiden. A entidade reúne 15 dos principais jornais regionais do Interior do Estado e região metropolitana de São Paulo.

O ranking de 2018 é uma informação relevante que, segundo ele, deve ser considerada pelos chamados players nas suas decisões de estratégias de comunicação dirigidas ao mercado consumidor.

Ranking das cidades paulistas entre as 50 com maior potencial em todo o país

São estas, pela ordem, segundo o IPC Marketing, as cidades paulistas que fazem parte do ranking das 50 maiores em potencial de consumo no País:

São Paulo,
Campinas,
Guarulhos,
Santo André,
São Bernardo do Campo,
Ribeirão Preto,
Sorocaba,
São José dos Campos,
Osasco, Santos,
São José do Rio Preto,
Jundiaí e
Mauá.

Abaixo dessas, destacam-se também:

Piracicaba,
Bauru,
Franca,
Limeira,
São Carlos,
Taubaté,
Sumaré,
Americana,
Marília,
Indaiatuba,
Araraquara,
Rio Claro,
Araçatuba,
Santa Barbara d'Oeste e
Presidente Prudente.

Evolução positiva desde 2012

Em tese, a posição de superioridade do Interior Paulista não se

constitui novidade no mercado desde 2012, quando houve uma virada nos números e a Grande São Paulo perdeu o posto de expoente do consumo no país. A novi-



*Marcos Pazzini,
pesquisador da
Consultoria IPC
Marketing Editora*



dade, porém, é a constatação de que a diferença se alarga cada vez mais em favor da maioria das cidades do Interior.

Em 2012, o marco da mudança de tendência, as posições das duas áreas eram muito próximas: 50,2% e 49,8%, respectivamente. Em 2016, os índices eram, respectivamente, 51,17% e 48,83%. E em 2017, o Interior Paulista já representava 52,8%, contra 47,2% da Região Metropolitana de São Paulo. Esses patamares se modificaram em 2018 ainda mais em favor do Interior Paulista.

A consultoria, que se especializou em mapear o potencial de consumo dos lares brasileiros, faz as planilhas levando em conta dados oficiais como os do IBGE. As informações são sempre cruzadas com outras fontes de pesquisa, permanentemente atualizadas.

No ranking 2018 da IPC Marketing Editora, o Grande ABC se tornou o quarto maior polo consumidor do País, após oito anos ocupando a quinta posição do ranking nacional do estudo. O potencial de consumo da região este ano é de R\$ 75,95 bilhões.

Na Região Metropolitana de São Paulo, além da capital, que é a metrópole de maior potencial de consumo no país, destacam-se no ranking, pela ordem, Guarulhos, Santo André, São Bernardo do Campo, Osasco, Mauá, Diadema e Mogi das Cruzes. Santos puxa o ranking do Litoral, seguida de São Vicente, Praia Grande e Guarujá.

Força paulista

Com um território do tamanho do Reino Unido e uma população maior que a da Austrália (24 milhões de habitantes) e do Canadá (36 milhões de habitantes), o

Estado de São Paulo abriga o maior mercado consumidor do Brasil graças ao nível socioeconômico da população, que possui renda per capita quase 50% maior do que a média nacional, possibilitando o acesso aos mais sofisticados bens de consumo. As referências são da agência oficial Investe SP.

O Estado de São Paulo é um dos mais importantes centros de desenvolvimento do Hemisfério Sul. Esse é o mote utilizado pela Investe SP, empresa oficial de investimentos do governo paulista, para atração de investimentos nos municípios paulistas.

A sua área de influência ultrapassa, em muito, seus limites territoriais, estendendo-se pelas demais unidades da Federação e por diversos países da América do

Sul. A Região Metropolitana de São Paulo, quarto maior aglomerado urbano do mundo, é o grande centro das atividades industrial, de serviços e comércio do País. Aliado a isso, acrescenta-se a atividade econômica do Interior Paulista, formando um conjunto de fatores que fazem de São Paulo “um ambiente extremamente propício para todo tipo de investimentos”, segundo a agência atesta a investidores.

Serviço

Para ver a pesquisa completa da IPC Marketing: www.ipcbr.com

Wilson Marini, jornalista, é editor executivo da Associação Paulista de Jornais (APJ), responsável pela coluna Contexto Paulista



O Grande ABC sai de 5º para 4º lugar no ranking nacional de polo consumidor



Coordenadoria dos CONSEGs promove Encontro de Capacitação

A Coordenadoria Estadual dos CONSEGs promoveu um Encontro de Capacitação para membros natos e contou com a presença do secretário da Segurança Pública, Máximo Alves Barbosa Filho.

A capacitação para os Delegados Titulares de Distritos Policiais e Comandantes de Companhias da Polícia Militar, da área do DECAP/CPC e DEMACRO/CPM, contou com palestras sobre:

NUMEC (Núcleo de Mediação Comunitária) – Maj PM Osny Henrique Caldeira, 1º Ten PM Fábio Aparecido W. de Oliveira e Cel PM Paulo Augusto Leite Motooka;

GGI (Gabinete de Gestão Integrada) – Cap PM Wanderlei Turolla Alves Cardoso, Delegado de Polícia Dr. Elton Prado da Costa, 1º Ten PM Paulo Eduardo Chagas, 1º Ten PM José Augusto Bravo, 1º Ten PM Vinicius Becker Santos, Vice Prefeito de Atibaia Sr. Emil Ono, Secretário de Segurança Pública Municipal Lucas de Oliveira Cardoso, Inspetor Alfredo José Martinelli de

Oliveira e Delegado de Polícia Dr. Sebastião Alves de Oliveira, todos da Cidade de Atibaia;

NECRIM (Núcleo Especial Criminal) – Delegados de Polícia Drs. Antonio Celso Berna Peduti e Érika Rodrigues Campos;

Vizinhança Solidária – Maj PM Marcos Daniel Fernandes e Cel PM Temístocles Telmo Ferreira Araújo;

Prevenção ao uso de Drogas – Delegado de Polícia Dr. Nelson Munhoz Soares Filho.





FEAPAES-SP prepara edição estadual do Festival Nossa Arte

A Federação das APAES do Estado de São (FEAPAES-SP), em parceria com a APAE de São Carlos, já está correndo com a organização do XV Festival Nossa Arte, que já tem data e local para acontecer. De 11 a 14 de julho de 2019, o Teatro Municipal Dr. Alderico Vieira Perdigão, localizado na cidade de São Carlos, sediará o maior evento artístico do movimento apaeano paulista. O festival que acontece a cada três anos, promete apresentar além das danças, peças teatrais e exposições artísticas, momentos de emoção e superação.

De acordo com a coordenadora estadual de artes da FEAPAES-SP, Simone Follador, a expectativa é que na edição de 2019, a adesão das APAES seja tão boa quanto a da última edição, que aconteceu em Taubaté, oportunizando a participação de um grande número de artistas. “Espera-se a adesão da maioria dos Conselhos. De forma geral, nas atividades culturais, em eventos oficiais promovidos pela FEAPAES-SP, nós temos uma adesão de mais de 50%. Então, espera-se que todos os Conselhos tenham representatividade no Festival”, explica Simone.

Enquanto os Conselhos Regionais - haja vista que as 305 APAES do estado estão divididas em conselhos regionais - realizam a fase regional do evento, que se encerra com a inscrição para a estadual, até o dia 30 de abril de 2019, a FEAPAES-SP trabalha na organização da fase estadual. No dia 31 de agosto de 2017, a comissão de organização do evento visitou São Carlos para conhecer a estrutura da cidade, bem como o próprio Teatro Municipal, que abriga 450 pessoas.

“Enquanto os Conselhos estão realizando a fase regional, nós estamos com os preparativos da fase estadual. Já realizamos uma visita técnica em São Carlos. Fomos visitar os lugares onde o evento será realizado e estamos finalizando o projeto de captação”, explica a coordenadora de artes.

Para a presidente da FEAPAES-SP, Cristiany de Castro, o Festival Nossa Arte é uma oportunidade para que as pessoas com deficiência tenham acesso a arte e a cultura, e também para que sejam protagonistas e não apenas expectadoras. “Ainda hoje, a arte está muito distante das pessoas, poucos têm acesso, e no nosso país, infelizmente, quanto se trata da pessoa com deficiência é ainda pior. As pessoas com deficiência são privadas de visitar museus ou frequentar teatros, porque os órgãos ainda se preocupam muito pouco com a acessibilidade e o direito dessas pessoas”, fala a presidente.

O Festival

Tendo como objetivo principal a incentivo as práticas artísticas, recreativas e culturais, o Festival visa ainda, a troca de experiências entre os participantes, promovendo a integração e o enriquecimento da cidadania. A edição de 2016, reuniu 497 participantes no total, sendo 351 artistas e 146 técnicos e acompanhantes. Dos 22 Conselhos Regionais da FEAPAES-SP, 15 estiveram presentes na competição artística, representada por 44 APAES.



Última edição do Festival Nossa Arte emocionou o público

O evento é composto pelos seguintes gêneros artísticos: artes visuais (desenho, fotografia, pintura, gravura, colagem, escultura, instalação, computação gráfica e vídeo), artes cênicas (mímica, teatro, dublagem, dramatização), dança (moderna, clássica, contemporânea, danças urbanas - hip hop, street dance -, dança de salão), artes literárias (poesias e textos), artes musicais (instrumental e vocal), dança folclórica (regional, nacional e internacional), e artesanato.

Também estão sendo programadas várias atividades recreativas para os artistas nos intervalos e uma festa temática também está sendo pensada para a ocasião. Segundo a organização, a programação da abertura ainda não está fechada, porém, a ideia é que haja shows e apresentações artísticas para marcar o início do grande evento.



Eficiência no serviço público

Os escândalos políticos e as crises econômicas que marcam nossa história provocam indignação, mas também evidenciam a importância do controle social para o bom funcionamento das instituições.

Os brasileiros vêm descobrindo que a vigilância é uma das formas mais eficientes de garantir a efetividade do gasto público. A sociedade hoje reivindica, legitimamente, acesso a informações para poder fiscalizar governos, avaliar resultados de políticas e cobrar gestores.

Isso exige dos órgãos de controle muito mais do que a aferição da legalidade da execução orçamentária e da regularidade das despesas. É preciso saber se, de fato, o dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos está sendo empregado de maneira adequada e republicana.

Temos de melhorar a qualidade do serviço público e modernizar as administrações. Mas o ambiente é complexo. A combinação do endividamento dos governos com a baixa renda per capita da população reduz a disponibilidade de recursos e amplia a demanda por serviços.

A dificuldade de bons resultados envolve também obstáculos legais. Na Constituição, as palavras eficiência e efetividade são mencionadas só nos artigos 37 e 74, o que mostra desinteresse dos legisladores sobre o assunto.

Exemplo disso é a vinculação de gastos para a educação. Não se discute a pertinência do uso de 25% das receitas de impostos e transferências no setor. O que surpreende é o fato de não existirem exigências legais que cobrem a efetividade das políticas.

O próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), por



determinação constitucional, é obrigado a reprovar contas de uma prefeitura que obteve nota alta no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), mas aplicou 24,95% das receitas e transferências em educação. Já cidades com queda no Ideb e gastos acima de 25% não podem ser legalmente penalizadas.

Situações como essas demonstram que temos de implantar no Brasil uma cultura de gestão de resultados. Pensando nisso, o TCE-SP tem focado suas auditorias também na qualidade das políticas públicas.

Uma primeira iniciativa foi o lançamento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). O indicador, criado em 2015, mede o desempenho das prefeituras em educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, defesa civil e governança tecnológica.

Os resultados do levantamento já contribuíram para uma melhora na eficiência do controle externo, permitindo a detecção de pontos que merecem maior vigilância. Os números também se mostraram úteis para prefeitos e vereadores, que puderam utilizar os dados apurados na correção de rumos.

A possibilidade de uso do índice como instrumento de gestão ainda inspirou o Instituto Rui Barbosa —entidade ligada às cortes de Contas que promove estudos sobre fiscalização externa— a implementar o IEG-M/Brasil. Em 2018, o indicador já será usado por todos os Estados.

Mas era hora de ir mais longe. E o TCE-SP lança agora o Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEG-E), que medirá a eficiência do governo do Estado a partir da análise de 342 quesitos relacionados à educação, saúde, planejamento, gestão fiscal e segurança pública.

O projeto, que terá os primeiros resultados divulgados em 2018, já despertou o interesse de tribunais de outros Estados. No TCE de Minas Gerais, uma iniciativa semelhante está sendo desenvolvida.

Mais do que nunca, as cortes de Contas precisam agir como os olhos da população, cobrando os gestores e exigindo a eficiência que os brasileiros merecem.

Sidney Estanislau Beraldo é presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).



**WASTE
EXPO
BRASIL**

XV CBTIMAM

CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E MEIO AMBIENTE MUNICIPAL

INTERNET PARA TODOS, CIDADES INTELIGENTES.

**DE 21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2018
CENTRO DE EVENTOS PRO MAGNO
SÃO PAULO / SP**



**Atenção prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e gestores municipais, não deixem de participar !!!
Conheça as ferramentas de gestão em T.I mais moderna disponíveis no mercado.**

**Discuta os assuntos relevantes sobre resíduos sólidos.
Comparecimento das autoridades federais e estaduais;
constituídas e eleitas. Exposição Paralela de produtos e serviços.**

PARTICIPEM!

PATROCÍNIO



APOIO



(11) 2165.9999



apaulista@apaulista.org.br



www.apaulista.org.br

Gestor Público, um montanhista

Montanhas são sempre um desafio no imaginário humano.

Representam objetivo a ser conquistado, meta a ser superada. São tantos os parâmetros e suas combinações aleatórias, que escalar passa longe de ser uma ciência exata.

A Gestão Pública também não é uma ciência exata e, como a Montanha, tem no imponderável, suas dificuldades e surpresas.

Se for escalar uma Montanha, alguns cuidados vão mantê-lo vivo e ajudá-lo a retornar em segurança da jornada. Planejamento eficaz, implementação eficiente, desempenho colaborativo, respeito às regras e segurança.

Falamos de duas atividades nas quais não existe margem para erros, falta de planejamento ou decisões amadoras. A Montanha, com seus vales e fendas e o mundo da Gestão Pública com a Lei de Responsabilidade Fiscal e as nuances Políticas, definitivamente não são lugar para amadores.

Nas duas Jornadas é preciso definir o objetivo, rumo, direção, prioridades. Nas duas Jornadas é preciso definir Parceiros, Equipe, Perfis Complementares. Nas duas Jornadas é preciso focar na Atitude, Preparação e cercar-se de Guias e Escaladores experientes.

Não se sobe a Montanha em segurança sem fazer antes a lição de casa. Entre os percalços que o Gestor Público enfrenta, alguns são previsíveis, esperados, parte do cenário planejado e para estes temos em nossa “Mochila”, uma série de ferramentas. Mas, e quando o imponderável insiste em travestir-se de regra?

Gerir pessoas, colaboradores e parceiros, envolve sempre surpresas, visto que as expectativas indi-



viduais precisam alinhar-se com as expectativas da Gestão, e vice-versa. Esta é uma Montanha que o Gestor experiente já escalou antes, mas é uma trilha que traz sempre novos aprendizados.

Gerir recursos, sempre escassos para atender todas as demandas e planos é comparável ao uso da água na Montanha. Sim, da água, muitas vezes abundante, disponível, mas no estado errado. Na alta Montanha está sempre presente, mas no estado sólido, o que demanda recolher gelo ou neve, derreter e purificar, consumindo gás, recurso escasso pois é um dos itens mais pesados na

sua mochila, trilha acima.

Gerir as Políticas Públicas, direitos fundamentais do Cidadão, foco de grande e justificada demanda e cumprir as promessas de campanha talvez seja um dos maiores desafios do Gestor Público.

Todos queremos deixar uma Marca, um Legado, uma Impressão Digital.

Aproveitando que é noite, temperatura abaixo de zero, nevando lá fora, vamos refletir um pouco de dentro do saco de dormir, sobre a grande tentação de não finalizar planos e projetos em andamento, largar tudo e começar nossos pró-



prios projetos. Refletir sobre os custos sociais, financeiros e políticos da descontinuidade, enfim, escalar a Montanha da Descontinuidade.

Nas expedições nos Himalaias, nos Caucasos, nos Andes ou em qualquer outra cadeia de montanhas, existem vias demarcadas, cada uma com seu grau de dificuldade. Sair destas vias, ou seja, abrir uma nova via, é sempre uma tentativa para o montanhista. O que move este impulso é o desafio e a muitas vezes a vaidade. Claro que essa atividade envolve riscos e custos comparáveis com o da desconti-

nuidade da qual padece a Gestão Pública. A diferença é que o Montanhista que abre uma nova via, o faz por sua própria conta, custo e risco. É um empreendimento pessoal.

É preciso avaliar e justificar objetivamente decisões que signifiquem descontinuidade e seus impactos sociais, financeiros e políticos. Cada Gestor Público, em função do novo protagonismo do eleitor, assume um custo político, além da responsabilidade pelas decisões que causem prejuízo ou retrocesso no desempenho das Políticas Públicas. Isso é fato, para nossa reflexão.

Amanheceu. Mais um dia frio, com o Sol refletindo na neve fresca. Voltamos às nossas trilhas, para escalar agora a Montanha da Judicialização. Jornada difícil. Focando em apenas dois temas - Saúde e Educação, percebermos como é constante e presente a ameaça ao controle orçamentário. O Gestor Público é o grande interessado em reduzir a Judicialização.

O que fazer para mitigar o impacto orçamentário das decisões judiciais?

Relembrando, a APM- Associação Paulista de Municípios, através de um Convênio como o CRASP- Conselho Regional de Administração de Administração de SP, é atuante membro da Célula de Soluções Estratégicas. Juntos estamos também na criação do INSTITUTO ARTICULE, na Diretoria e no Conselho de Governança.

Estas duas plataformas multidisciplinares e interinstitucionais atuam para construir pontes, alianças entre Instituições, na busca de soluções para que o cidadão possa ser atendido no futuro por políticas públicas eficazes e duradouras, que atravessem gestões e disponibilizem atendimento aos Direitos Sociais, sem a necessidade de se recorrer ao Poder Judiciário. A porta de

entrada para ter atendimento na área da saúde é o posto de saúde, o hospital, através do SUS e, não o Tribunal de Justiça. Da mesma forma o Direito à Educação tem que ser buscado diretamente com o Poder Executivo.

Recorrer ao Poder Judiciário precisa tornar-se exceção, até porque existe uma inversão indesejada no atual modelo, visto que o cidadão que busca seus direitos no Judiciário nem sempre é o cidadão com maior grau de vulnerabilidade. Este não tem acesso a advogados e muitas vezes desconhece até mesmo a possibilidade de ser representado pela Defensoria Pública.

Uma análise básica mostra que na atual fase da economia do País, parte da classe média que contava com planos de saúde e educação particular, passou a utilizar o sistema público. Isso ocorreu em tamanha velocidade que não houve tempo para reação, investimentos, contratações e treinamento. Até porque as receitas públicas também sofreram o impacto da economia minguante dos últimos anos.

Escalamos neste artigo duas Montanhas que o Gestor Público enfrenta com regularidade: Descontinuidade e Judicialização.

O mais importante é que tanto na Gestão Pública com na Montanha, estejamos juntos, porque juntos somos mais fortes!

Pergunto: qual a próxima Montanha que vamos escalar juntos, Gestor Público?

Rogério Góes é conselheiro do CRASP, diretor de Relações Institucionais ARTICULE, interlocutor parceria CRASP - TJSP - Interlocutor parceria CRASP-APM.



Agenda do Novo Governo:

Revisão do Pacto Federativo como tema prioritário

O Brasil vem enfrentando uma de suas mais duras recessões já sentidas no campo da economia e execução de políticas públicas. Essa sensação de insegurança econômica se mantém na medida em que a taxa de desemprego não dá trégua e a arrecadação de impostos não se reverte em melhorias de condições e políticas públicas aos cidadãos.

Com este agravamento, os olhos se voltaram à rediscussão do Pacto Federativo. Aliás, este é um tema tão urgente como uma efetiva reforma política. Mas, ainda que se fale muito a respeito da revisão do Pacto, a compreensão do que temos hoje como realidade é fundamental para a transformação desejada.

O primeiro conceito a ser compreendido é a própria denominação de Federação. Temos já no art. 1º do Diploma Constitucional que A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Esta é a forma como nos organizamos, como uma federação. Construída a partir da sinergia entre diversas entidades territoriais, com relativa autonomia e governada localmente para resolução de temas característicos e necessários daquela localidade, devendo, evidentemente, ser parametrizado com diretrizes advindas de um plano de uniformidade nacional.

Esta parametrização que vem do plano federal ao local é necessária para que se construa uma sociedade organizada jurídica, econômica e politicamente. Dentro dessa estru-



tura organizacional encontramos uma moldura composta por obrigações principalmente financeiras ligadas à arrecadação de recursos e os limites de atuação de cada ente federado.

Entretanto, ao mesmo tempo que se pleiteia um movimento descentralizador, a União impera em um caminho altamente controlador, tornando as relações entre os entes federados além de desgastadas, altamente complexas.

Creditar a este modelo de gestão a aguda crise vivida pelos Estados-federados não se mostra desarrazoada. Uma conclusão primária é de fácil percepção. Países com gran-

des extensões territoriais e numerosa população, como o Brasil dependem de uma ação descentralizada para que os governantes estejam mais próximos dos cidadãos, de modo a ouvir suas reivindicações e garantir um controle mais efetivo da gestão desenvolvida.

Neste contexto, com a proposta da Constituinte de 1988, saiu do papel o projeto de descentralização de recursos, não tendo havido, entretanto, a mesma atenção quanto à responsabilidade dos serviços que seriam executados por cada um dos entes.

Assim, os municípios e os estados passaram a ter um gradativo



aumento de responsabilidade na aplicação de políticas públicas essenciais (saúde, educação, segurança), sem que houvesse neste mesmo patamar, a curva de crescimento da arrecadação.

Como uma medida de controle a curto prazo, no início dos anos 2000 foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal que basicamente buscou estabelecer restrições aos gastos públicos para controlar a estabilidade da economia e reduzir os riscos do investimento do capital estrangeiro.

Ou seja, em resumo, o objetivo final foi garantir com tal normativo o equilíbrio das contas públicas, com uma dinâmica objetiva de condicionar os gastos do ente público à sua capacidade de receita.

Tais medidas, ainda que necessárias durante um certo período, onerou as já apertadas contas públicas, principalmente municipais, que além de respeitar investimentos mínimos em áreas essenciais, arrecada tributos e os repassa para que o Governo Federal defina sua aplicação.

Os estados, regra geral, têm como fonte primária de recursos públicos o IPVA e o ICMS. Os municípios, por sua vez, encontra como principal fonte arrecadadora o IPTU e o ISS. Mas, com a latente diminuição da arrecadação, principalmente os municípios necessitam com urgência de uma revisão de tais repasses.

Ora, é inaceitável imaginarmos que na área de educação, por exemplo, a União responda pela obrigatoriedade de aplicação de 18% da receita dos impostos, enquanto que aos municípios esta contribuição chegue ao patamar de 25%. E, por vezes, os Municípios tornam-se reféns da dura realidade do inadimplemento federal, vendo-se obrigado à turbi-

nar os investimento em áreas essenciais diante da ausência da União no que lhe competia investir.

A verdade é uma só. Enquanto as responsabilidades financeiras dos municípios crescem vertiginosamente, os recursos federais detraem ano a ano. E não é só, a crescente busca do Judiciário para resolução de questões ligadas à saúde pública (compra de medicamentos e tratamentos especiais a determinadas doenças), obrigam o chefe do Executivo a tomar decisões que podem lhe custar a própria permanência na Administração Pública: ou cumprir a decisão judicial e descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou segue por este caminho e se sujeita às sanções de descumprimento de decisão do Poder Judiciário.

A sensibilidade e a urgência do tema exigirão do próximo Presidente da República, recém-eleito, Jair Bolsonaro medidas imediatas de revisão do atual formato. Para tanto, dentro de sua proposta de governo para o tema, sugere-se a implementação do chamado “Orçamento Base Zero”, já imaginado para gestão do Presidente Michel Temer, que não saiu do papel.

Este direcionamento consistiria em inverter a lógica tradicional do processo de gastos públicos. Cada gestor, a partir de suas metas, terá que justificar suas demandas por recursos públicos. Com a disponibilização dos recursos, haverá, segundo a proposta um acompanhamento do desempenho de gestão.

Uma característica marcante desta proposta está na conclusão de que o montante gasto no passado não gerará automaticamente um lastro para o futuro, de modo que prioridades e metas passariam, ou, passarão, a ser a base do Orçamento da União.

Interessante é o próprio reconhecimento trazido no Plano de Governo do Presidente Eleito de que nas últimas décadas o Governo Federal concentrou a arrecadação de tributos, criando burocracia e ineficiência para controlar os entes federados.

A proposta que se almeja implementar, vai ao encontro daquilo que os Municípios tanto precisam. O repasse dos recursos próximo das pessoas, com liberação automática, sem intermediários para governadores e prefeitos, com a clara conclusão: “Mais Brasil, Menos Brasília.”

Este modelo que se pretende implementar tem se sujeitado à inúmeras críticas de estudiosos da área de finanças públicas. Primeiro pelos próprios impedimentos constitucionais, que demandaria ajustes em emendas garantidoras do recorte sugerido e, em segundo, lugar, pelos riscos concretos de paralisação de serviços públicos.

Fato é que qualquer iniciativa que descentralize recursos da União, acompanhado de uma efetiva fiscalização dos investimentos, é melhor que a manutenção da política atual que tem levado a saúde financeira dos Estados e Municípios para as profundezas de uma crise generalizada. A revisão do Pacto Federativo, é portanto, medida urgentíssima que não pode mais esperar.

Tony Ferreira de Carvalho Isaac Chalita é pós-graduado em Direito Eleitoral pela Escola Paulista da Magistratura, mestrando em Direito Constitucional pela PUC-SP, consultor jurídico da APM e sócio do escritório Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados. Contato: tonychalita@bnz.com.br



O Terceiro Setor e suas peculiaridades

Será que entidades do Terceiro Setor que tenham servidores públicos como dirigentes podem celebrar parcerias com os Municípios e receber subvenções?

Hoje em dia as parcerias seguem a Lei Federal nº 13.019/2014, que impede de celebrar esse tipo de vínculo com a Administração Pública toda organização da sociedade civil que tenha como dirigente “membro de Poder”. Mas tanto a própria Lei, quanto as Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo deixam de definir o que é “membro de Poder”.

Segundo nosso entendimento, estão enquadrados na expressão “membro de Poder” todos os integrantes do Poder Público Municipal em quaisquer condições, sejam exercentes de mandato, tais como os agentes políticos, sejam servidores públicos titulares de cargos efetivos ou em comissão.

Dessa forma, estarão impedidas de celebrar parcerias com a Administração e de receber subvenções as entidades do terceiro setor que tenham servidores como seus dirigentes.

Isso porque considera-se incompatível com o exercício da função pública a atuação do dirigente de uma entidade associativa, o que justifica a vedação contida na Lei.

Toda a atividade da Administração Pública está submetida aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. O exercício da função pública pelos servidores públicos também deve seguir os

mesmos princípios, merecendo destaque, para o caso em tela, os princípios da igualdade e da moralidade.

A existência de vínculo entre o servidor público e a entidade com a qual a Administração Pública celebrará a parceria pode, em tese, estabelecer eventuais distinções ou prerrogativas a favor dessa entidade em relação às demais, violando a isonomia.

Em outras palavras, caso a organização da sociedade civil que venha a ser parceira da Administração tenha como dirigente um servidor público, tal situação concreta poderá estabelecer benefícios especiais que não obedeçam a isonomia que deve pautar a atividade administrativa.

Pelos mesmos motivos, em atendimento a esse princípio, a Lei de Licitações veda a participação de servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante da licitação ou da execução de obra ou serviço ou do fornecimento de bens.

Admitir situações de favoritismos ofenderia, ademais, o princípio da moralidade, por força do qual impõe-se ao agente público, tal como o servidor, o dever de pautar sua atuação segundo critérios de honestidade, transparência e justiça, a respeito do qual comentamos de modo mais aprofundado em nossa obra intitulada “Improbidade Administrativa: Dolo e Culpa”.

Como espécie do princípio da moralidade, o princípio da probidade administrativa determina que todos aqueles que se relacionem

com a Administração sob qualquer título, tais como os servidores públicos e os dirigentes das organizações da sociedade civil, atuem obrigatoriamente com lealdade, honestidade e boa-fé.

Sendo assim, admitir-se que a expressão “membro de Poder” mencionada na Lei não abrange os servidores públicos e que, desta forma, é possível que a Administração Pública celebre parceria com organização da sociedade civil que tenha como dirigente um servidor público significa assumir o risco de eventual favoritismo em função dessa entidade em detrimento das demais, violando os princípios da isonomia, da moralidade, da probidade administrativa etc.

De todo modo, ainda que se considere que os servidores públicos não estão incluídos na expressão “membro de poder”, os mencionados princípios constitucionais vedam a celebração de parceria com entidades que tenham servidores públicos como dirigentes.

Tendo em vista a crescente utilização das parcerias na Administração Pública, é preciso que os Municípios estejam atentos às vedações impostas pela Lei.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor” (isabela@conam.com.br).



Agora, o destino dos brasileiros está nas mãos do vencedor

Nesse momento eu gostaria de estar realizada como cidadã, após as eleições que possibilitou exercermos o nosso direito de escolhermos os dirigentes políticos do nosso país. Eu teria esse direito pois participei intensamente do movimento municipalista para restabelecer o sistema no país. Fui às ruas junto com idealistas como eu, visitamos o Brasil de ponta a ponta, buscando apoio para a Emenda Dante de Oliveira, um mato-grossense que propôs no Congresso Nacional, durante o período difícil do regime militar, o retorno desse direito.

Não foi fácil e talvez muitos nem avaliem o quanto de esforços foram necessários para restabelecer a democracia e a oportunidade de votar.

Mas, meu sentimento de hoje não é de plenitude da volta desse direito. O período eleitoral me decepcionou, não somente porque muitos dos candidatos nos quais votei no primeiro turno, a nível federal, não foram eleitos. Isso também pesou muito.

Mas a minha decepção maior foi a transformação do processo eleitoral em “praça de guerra” principalmente após o primeiro turno, antecedendo o segundo. As redes sociais que poderiam ter servido para orientar os eleitores ajudando-os a entender como são montadas as estruturas públicas, o que as leis vigentes permitem ou não, o que elas falam dos serviços, principalmente de saúde e educação para que pudessem avaliar as promessas dos candidatos, muitas utópicas e visionárias, atestando o desconhecimento do que reza a Constituição e de como a receita acontece nos orçamentos públicos. Serviram sim, em grande parte à des-



trução de imagens, à acusações, muitas vezes de “mentiras” segundo a imprensa e processos decididos pela justiça. Grandes instrumentos de comunicação que são, foram utilizadas de forma equivocada. Serviram mais para os candidatos e não para benefício dos cidadãos. E na televisão, muita insistência nas acusações, tempo que poderia ter sido utilizado para falar do perfil, da carreira, contribuição social e das propostas dos candidatos. Esse é um desabafo de quem viveu guerra, pagando o preço pela descendência de italianos, austríacos e alemães e vivendo uma história que os livros não contam, desde o nascimento em 1937 até 1945 – quando a 2ª grande guerra terminou. Desabafo de quem viveu democracia, autocracia e hoje vive *laissez faire*, termo francês que significa “deixar fazer, deixar ir, deixar passar”. Quando esse artigo for publicado já terá acontecido a

eleição dos ocupantes do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas que aconteceu no primeiro turno e também o 2º. Que nesse segundo turno TENHA VENCIDO O MELHOR, para o país e para nosso estado. Nossa esperança é a de que quem tiver vencido, em ambos os casos, deixe os ressentimentos resultantes da campanha, substituindo-os pela disposição para o bem comum – do povo de quem realmente emana o poder - e tenha consciência mais que nunca, de que é chegada a hora de cumprir as promessas e que o destino de milhões de paulistas e brasileiros está em suas mãos.

Dalva Christofoletti Paes da Silva é do departamento de Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME- Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.

Pioneira, Ecobarreira da cidade de Itaí dá excelente resultado

Solução simples e prática. Este foi o resultado apresentado em 100 dias de funcionamento da 1ª Eco-barreira-Piloto do Estado de São Paulo, implantada em Itaí, município paulista de 25 mil habitantes, na região de Avaré, para reter materiais descartados como garrafas pet e plásticos. “Já recolhemos milhares de objetos que causariam sérios problemas para animais que dependem do curso hídrico, além de aves e peixes, sem contar a poluição que afetaria também as pessoas”, explica o secretário do Meio Ambiente, Guilherme Gallego.

Esta medida pioneira foi instalada no Ribeirão dos Carrapatos, juntamente com o Corpo de Bombeiros, representantes do “Projeto Pescaiaque”, que já realizaram a despoluição de rios e lagos com caiaques em anos anteriores. A Ecobarreira é uma estrutura flutuante feita a partir de materiais reciclados, como garrafas pet ou galões que são instalados em corpos hídricos e funcionam



como contenção para reter resíduos sólidos. “Optamos por usar galões de 20 litros, revestidos com tela de alambrado, para dar uma boa resistência. Fizemos dois pilares próximo às margens e passamos cabo de aço para sustentar a pressão, além de garantir depredação da barreira”, ressalta o secretário Gallego.

Para o prefeito Thiago Michelin,



lin, “o projeto ecobarreira foi uma alternativa simples e eficiente para remover os resíduos que são depositados de maneira irregular no nosso ribeirão, porém devemos destacar a importância da população colaborar com a limpeza da nossa cidade evitando jogar lixo em locais inapropriados.

Todo material reciclável aproveitável recolhido no ribeirão será destinado a Associação Recicla Itaí. Também está sendo feito um acompanhamento periódico dos idealizadores do projeto para obter dados e informações, como pesagem e tipo de materiais coletados.

Secretário Guilherme Gallego (de camiseta azul): praticidade e resultado a baixo custo



*Prefeito
Thiago
Michelin*



Censo Agropecuário 2017 revela panorama rural atualizado

Maior e mais completa investigação do setor agropecuário no país, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Censo Agropecuário 2017 concluiu o trabalho de campo no primeiro semestre de 2018, e seus resultados preliminares já estão disponíveis para todos os municípios.

O Censo Agropecuário é realizado no país desde 1920, e a edição anterior da pesquisa havia sido em 2006. No levantamento atual os recenseadores visitaram mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários, definidos como unidades de exploração/produção (para subsistência ou venda) de atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Foram levantados dados sobre área, produção, pesso-

al ocupado, agricultura familiar, perfil do produtor, técnicas de cultivo e financiamentos, entre outros temas.

De acordo com os resultados preliminares do Censo Agro 2017, houve uma queda de 2% no número de estabelecimentos agropecuários no Brasil no período de 2006 a 2017, mas também um aumento da área em 5% (o que corresponde à área do estado do Acre). No Estado de São Paulo foram identificados 188.643 estabelecimentos agropecuários em 2017, número inferior aos 227.622 apontados pelo Censo Agro 2006. Entretanto, apesar dessa redução de 17,1% no número de estabelecimentos, a área ocupada pelos mesmos sofreu redução de apenas 2,4%, passando de 16,9 para

16,5 milhões de hectares.

Ainda em relação à área, o Censo Agro 2017 revelou que 78,3% dos estabelecimentos agropecuários no Estado de São Paulo possuem até 50 hectares. No outro extremo, apenas 135 estabelecimentos (0,1%) declararam possuir mais de 10.000 hectares, conforme mostra a tabela 1.

Do total de estabelecimentos agropecuários no Estado de São Paulo, aproximadamente 48% informaram possuir acesso à internet, percentual superior ao encontrado no Brasil, onde o acesso à internet foi identificado em 28% dos estabelecimentos.

Em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, houve uma queda de 28,9%

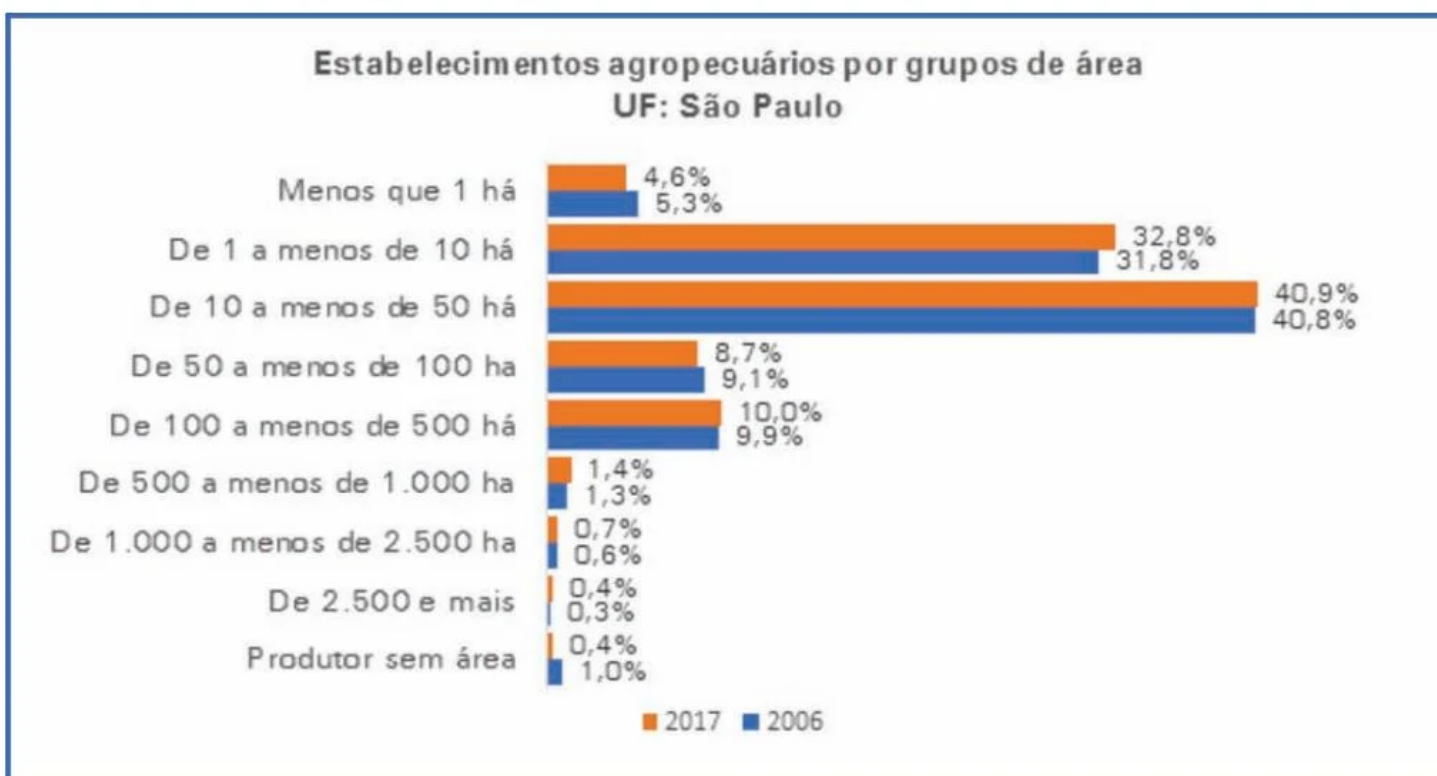


Tabela 1 - Resultados preliminares do Censo Agro 2017: Estabelecimentos agropecuários por grupos de área no Estado de São Paulo



Classe de idade do produtor - Estado de São Paulo

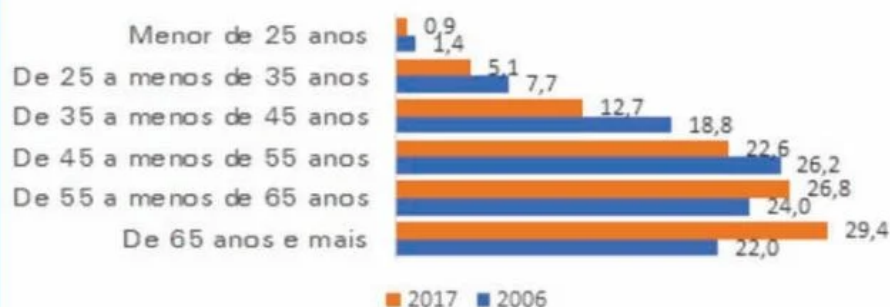


Tabela 2 - Classe de idade do produtor no Estado de São Paulo

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017

	Município	Estabelecimentos que fazem uso de agricultura/pecuária orgânica (%)
1	Cajamar (SP)	45,8%
2	Franco da Rocha (SP)	40,1%
3	Borebi (SP)	31,4%
4	Ubatuba (SP)	29,3%
5	Juquitiba (SP)	28,5%
6	Cabreúva (SP)	24,5%
7	Pradópolis (SP)	24,2%
8	Urânia (SP)	20,7%
9	Iaras (SP)	16,9%
10	Santo André (SP)	16,4%

Tabela 3 - Estabelecimentos que fazem uso de agricultura/pecuária orgânica

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017

	Produtos da Lavoura Permanente	Quantidade produzida (toneladas)
1	Laranja (Toneladas)	10771675
2	Borracha (látex coagulado) (Toneladas)	1380936
3	Banana (Toneladas)	1208321
4	Palmito (Toneladas)	1094941
5	Limão (Toneladas)	553524
6	Café arábica em grão (verde) (Toneladas)	221159
7	Goiaba (Toneladas)	143343
8	Manga (Toneladas)	141439
9	Tangerina, bergamota, mexerica (Toneladas)	106302
10	Abacate (Toneladas)	79616

Tabela 4 - Produção Vegetal da Lavoura Permanente

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017

Produção Vegetal – Lavoura temporária – estado de São Paulo	
Produtos da lavoura temporária	Quantidade produzida (toneladas)
Cana-de-açúcar (Toneladas)	354353922
Milho forrageiro (Toneladas)	115203527
Milho em grão (Toneladas)	4551967
Soja em grão (Toneladas)	4219449
Forrageiras para corte (Toneladas)	3513118
Cana forrageira (Toneladas)	3280446
Trigo em grão (Toneladas)	736201
Sorgo forrageiro (Toneladas)	687508
Mandioca (aipim, macaxeira) (Toneladas)	646993
Batata-inglesa (Toneladas)	456017

Tabela 5 - Produção Vegetal da Lavoura Temporária

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017

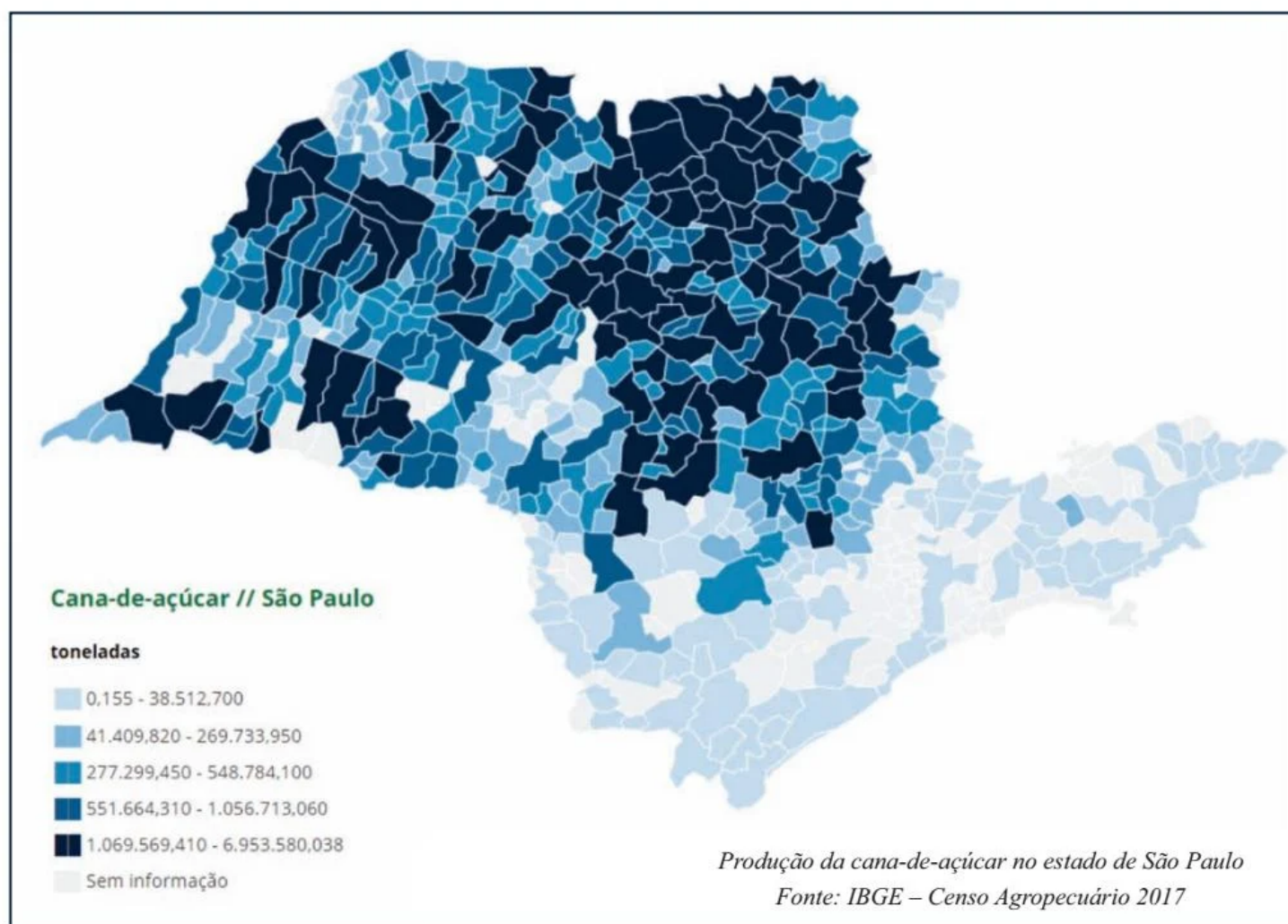
entre 2006 e 2017 no Estado de São Paulo, tendência que acompanha o movimento registrado para o Brasil. Em 2006 havia 1.169.408 pessoas trabalhando nos estabelecimentos agropecuários desse estado, considerando produtores e pessoas com laços de parentesco com estes, além de trabalhadores (temporários e permanentes) e seus parentes (não-remunerados, mas que ajudaram nas atividades). No ano de 2017, o pessoal ocupado levantado foi de 831.394 pessoas, e essa redução (de 338.014) do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários ao longo do período 2006-2017 foi observada em estabelecimentos de praticamente todos os tamanhos.

O Censo Agro 2017 também apontou uma mudança no perfil etário do produtor na última década no Estado de São Paulo: diminuição no número de jovens e aumento significativo dos produtores com 55 anos ou mais de idade, de acordo com a tabela 2.

Ainda sobre a caracterização dos estabelecimentos agropecuários no Estado de São Paulo, somente 2,6% (4.893 estabelecimentos) declararam fazer uso de agricultura/pecuária orgânica, e em 1/5 dos municípios nenhum estabelecimento informou fazer uso dessa prática.

A seguir, os municípios com mais de 50 estabelecimentos agropecuários e que apresentaram maior percentual de uso de agricultura/pecuária orgânica no Estado de São Paulo, vide tabela 3.

Com relação à produção vegetal, o Censo Agro 2017 investigou o desenvolvimento de atividades de lavoura temporária, lavoura permanente, horticultura, extração



vegetal, floricultura e Silvicultura. Das culturas permanentes, os principais produtos - em quantidade produzida - nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais, no Estado de São Paulo foram os listados na tabela abaixo, sendo que, destes, os que tiveram maior crescimento no período de 2006-2017 foram a cultura da Borracha (látex coagulado) e do Palmito, demonstrado na tabela 4.

No caso do palmito, em 11 anos a produção passou de 9.220 toneladas para 1.094.941 toneladas, estando essa produção concentrada no município de Registro.

A produção de borracha (látex coagulado) aumentou 2.654% de 2006 para 2017, sendo encontrada principalmente nos seguintes muni-

cípios: Macedônia, Onda Verde, Cafelândia, Guapiaçu, Cosmorama, Alto Alegre e Barretos.

Em relação às culturas temporárias, as dez mais expressivas - em quantidade produzida - no Estado de São Paulo estão descritas na tabela 5.

A cultura da cana-de-açúcar teve uma expansão significativa (46,8%) no Estado de São Paulo no período 2006-2017, sendo encontrada em aproximadamente 81% dos municípios. Atualmente o Estado de São Paulo ocupa a posição de principal produtor dessa cultura no Brasil, e a quantidade que produz de cana-de-açúcar supera a de todas as demais Unidades da Federação somadas.

Todo o conjunto de informa-

ções dos resultados preliminares do Censo Agro 2017 pode ser consultado no site do IBGE (www.ibge.gov.br) e no banco de dados SIDRA (www.sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017), ressaltando que as críticas dos dados ainda não foram concluídas, razão pela qual ainda estão sujeitos a eventuais alterações até a divulgação definitiva, prevista para julho de 2019. Ainda em 2018 está prevista a divulgação do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) e dos mapas municipais atualizados.

Júlia Santos é mestre em Gestão e Políticas Públicas e analista em Informações Geográficas e Estatísticas do IBGE.



Turismo e Planejamento Municipal: contribuições do IPT

O significativo potencial turístico, constituído por seus recursos naturais e históricos-culturais, possibilita o desenvolvimento do turismo no território paulista, e aumentar a geração de empregos e renda, a implantação ou ampliação da infraestrutura básica e de equipamentos, e a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

Conforme Solha et. al (2010), a atividade turística no Estado de São Paulo, apesar de possuir forte base industrial, expressividade na pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ainda não se destaca como deveria, mesmo contando com os dois aeroportos de maior movimento de passageiros no Brasil; ser o portão de entrada de turistas internacionais; dispor da maior concentração de equipamentos de hospedagem; ser palco do maior número de eventos de negócios; e presença de grandes universidades, com significativo número de eventos científicos em diversas cidades paulistas; possuir a maior oferta de atividades de entretenimento do país, na cidade de São Paulo; ser o maior emissor de turistas para muito destinos brasileiros.

O Estado de São Paulo foi pioneiro ao instituir uma política pública permanente de transferência de recursos para o turismo, na década de 1940, quando foram criadas as primeiras Estâncias Climáticas, Balneárias, Hidrominerais e Turísticas. Recentemente todas as categorias de estâncias passaram a ser denominadas de Estâncias Turísticas,

conforme previsto na Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015, que também inseriu a categoria de Município de Interesse Turístico (MITs).

O Estado conta atualmente com 70 estâncias, que recebem recursos anuais do DADE - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias, por meio do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, conforme a Lei nº 16.283/2016, (SECRETARIA DE TURISMO, 2015).

A Lei 1.261/2015 criou 140 vagas para os Municípios de Interesse Turístico, que também receberão recursos do Fundo administrado pelo DADETUR - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos, e que define os valores a serem liberados para investimento nos MITs.

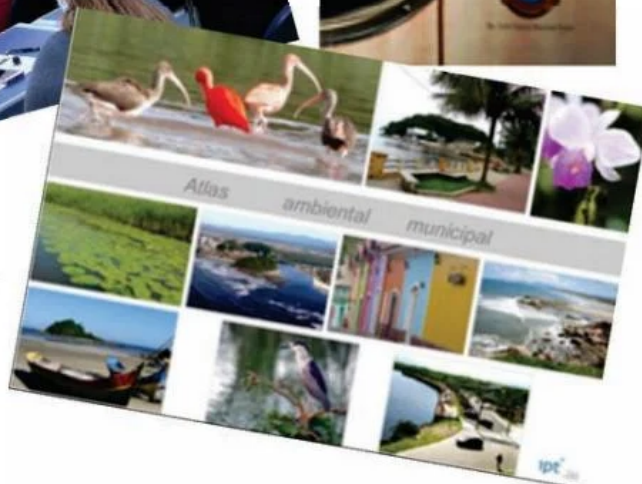
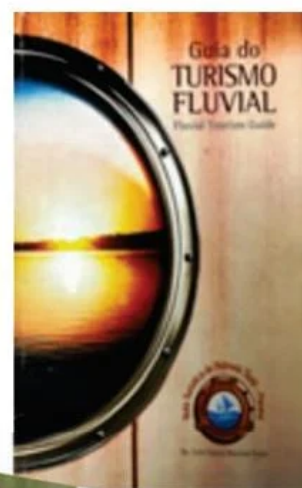
Maria Cristina Jacinto de Almeida
Priscila Moreira Argentin
Ana Candida M. Cavani Monteiro
Paloma Vitória Hernandes Pereira
Pesquisadoras e bolsistas do IPT

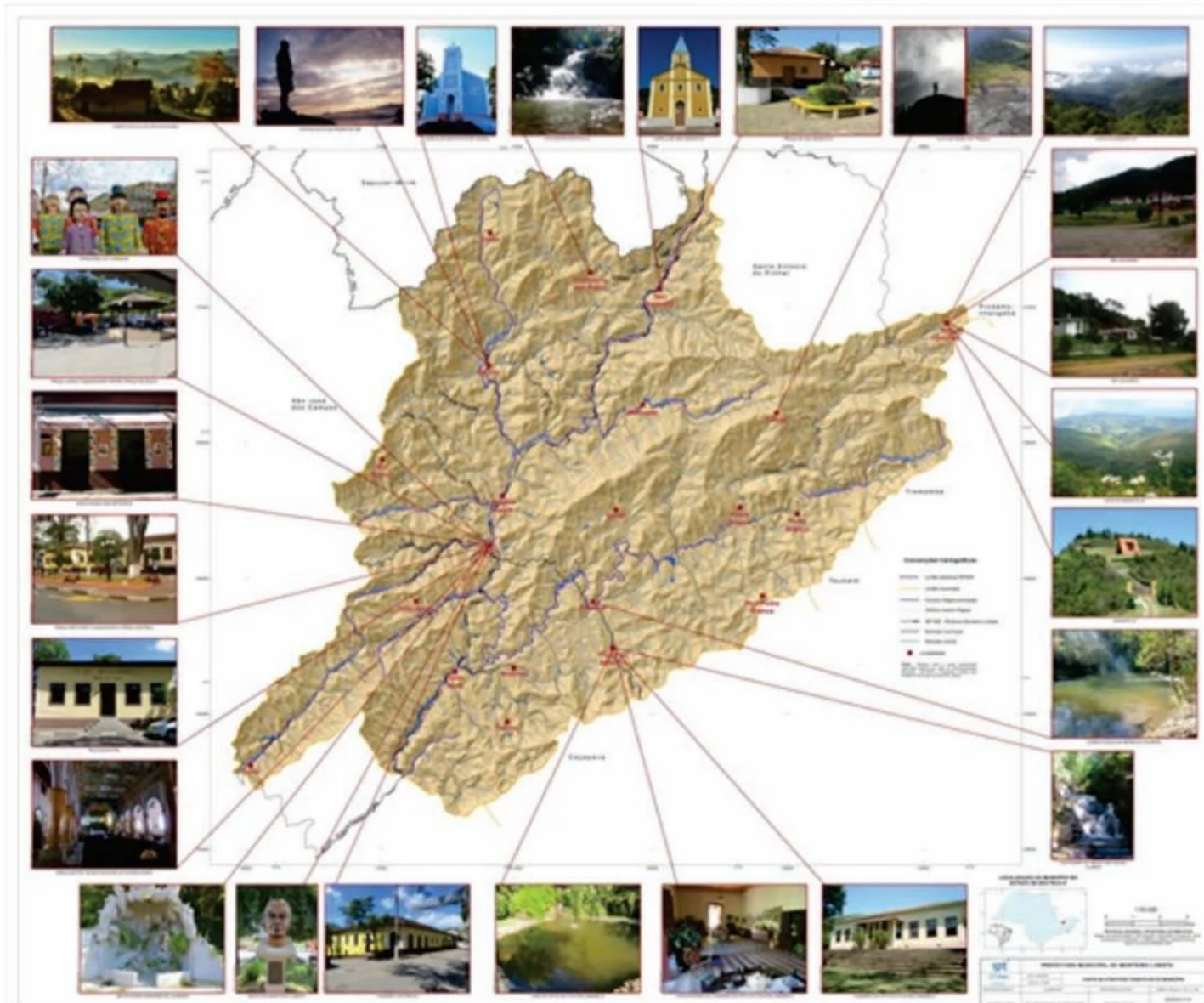
Os municípios paulistas podem se candidatar a essa categoria (MITs), desde que não sejam Estâncias. Para tanto, devem possuir potencial turístico comprovado; atrativos significativos; Plano Diretor de Turismo; COMTUR - Conselho Municipal de Turismo; e equipamentos e infraestrutura adequados. (SECRETARIA DE TURISMO, 2015).

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT pode contribuir para subsidiar e implementar as políticas públicas no setor de turismo nas Estâncias e MITs. Desde 1996 vem atuando na elaboração de estudos no



Contribuições do IPT





âmbito específico do turismo ou inseridos no contexto dos Planos Diretores Municipais.

O IPT também ofereceu neste ano, por meio da Plataforma dos Municípios Paulistas, dois cursos de curta duração gratuitos para gestores públicos municipais da área de turismo, direcionados àqueles municípios que pretendem ser classificados como MITs. Vai oferecer, ainda este ano, outro curso que trata de orientações para utilização do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, para aqueles que já são MITs.

Pode contribuir, por meio da utilização dos recursos da carto-

grafia digital, para auxiliar o gestor público municipal no planejamento e gestão da atividade e para orientar os turistas para sua localização e deslocamento no destino turístico. Mais especificamente quanto à espacialização das informações e do inventário turístico; elaboração de mapas temáticos do município; mapa de atrativos turísticos; atlas socioambiental e/ou turístico; revisão e integração dos Planos Diretores de Turismo aos demais instrumentos de planejamento; planejamento de regiões e rotas turísticas; e identificação de soluções tecnológicas para propor destinos turísticos inteligentes.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, M. do C.; GRAÇA, A. J. S. Conceitos e aplicações cartográficas diante das necessidades da cartografia turística. In: ARANHA, R. C.;

GUERRA, A. T. (Org.). Geografia aplicada ao turismo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014;

SECRETARIA DE TURISMO. Município de Interesse Turístico (MIT). Cartilha de orientação de acordo com a Lei 1.251/2015. São Paulo, 2015;

SOLHA, K. T.; ALDRIGUI, M.; ALMEIDA, M. V. de; RAIMUNDO, S. Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo: Apontamentos Históricos sobre suas Origens, Situação Atual e Perspectivas de Desenvolvimento. VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo – SP: set. 2010.



Janaina Paschoal

A advogada e candidata pelo PSL teve votação expressiva para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sendo a mais votada para Deputada Estadual. Sucesso!

Outras Estaduais Eleitas

A Alesp também contará com as Deputadas Estaduais: a jornalista Mônica Seixas da Bancada Ativista (PSOL), a administradora de empresas Marta Costa (PSD), a enfermeira Analice Fernandes (PSDB), a fisioterapeuta Carla Morando (PSDB), a professora Bebel Noronha (PT), a dona de casa Edna Macedo (PRB), a advogada Maria Lúcia Amary (PSDB), a cantora Leci Brandão (PC do B), a advogada Márcia Lia (PT), a Delegada Graciela Ambrósio (PR), a dona de casa Letícia Aguiar (PSL), a artista plástica Érica Malunginho da Silva (PSL), a servidora pública municipal Valéria Bolsonaro (PSL), a advogada Isa Penna (PSOL), a advogada Damaris Moura (PHS), Adriana Borgo (PROS) e a gerente Marina Helou (Rede). Parabéns!

Joice Hasselmann

A jornalista e candidata pelo PSL foi a mais votada para o cargo de Deputada Federal por São Paulo. Parabéns!

Federais por São Paulo

Também foram eleitas deputadas federais: a cientista política Tábata Amaral (PDT), a policial militar Kátia Sastre (PR), a servidora pública Sâmia Bomfim (PSOL), a assistente social Luíza Erundina (PSOL), a advogada Renata Abreu (Podemos), a advogada Bruna Furlan (PSDB), a jornalista Rosana Valle (PSB), a gerente Carla Zambelli (PSL), a administradora de empresas Maria Rosas (PRB) e a administradora de empresas Adriana Ventura (NOVO). Sucessos às eleitas e às reeleitas!

Deputada Erundina

A Deputada Federal reeleita Luíza Erundina é a única mulher parlamentar premiada em todas as edições do Prêmio Congresso em Foco entre os melhores parlamentares do Congresso Nacional.

Cristina Kerr

Sob seu comando, a equipe da CKZ Agência, conveniada com a APM, realizou o Fórum Diversidade no Conselho, na Escola Saint Paul de Negócios, em 23 de outubro, com grande sucesso e na presença de Presidentes de Conselhos de Administração e CEOs de importantes empresas, debatendo temas relevantes como a maior participação da mulher nos Conselhos de Administração das empresas.

BPW

Presidida por Cláudia Pirani, a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW-SP), traz em seu site pesquisa da BBC World History, de Londres, junto a seus leitores, sobre as 5 mulheres mais influentes da história: a cientista francesa Marie Curie, as americanas Rosa Parks e Rosalind Franklin e as britânicas Emmeline Pankhurst e Ada Lovelace. Na lista há ainda a Princesa Diana, Madre Teresa de Calcutá e Indira Gandhi. Se quiser mais detalhes, basta acessar a página www.bpwsp.org.br

Orgulho do Brasil

Sete pesquisadoras brasileiras receberam o Prêmio L’Oreal-UNESCO-ABC 2018, para Mulheres na Ciência, promovido pela Unesco-ONU, Academia Brasileira de Ciências (ABC) e L’Oreal Brasil: as laureadas são Nathalia Bezerra, Sabrina Lisboa, Jaqueline Soares, Luna Lomonaco, Ethel Wilhelm, Angélica Vieira e Fernanda Cruz.



Por
Marilene
Mariotoni

8º Fórum Mulheres

A APM dá apoio ao evento que traz depoimentos de mulheres CEOs de grandes empresas sobre a construção de suas carreiras, com reflexões pertinentes, nos dias 28 e 29 de novembro, no Vila Blue Tree em São Paulo, organizado pela CKZ Agência. Participem!

CRA-SP

O Conselho Regional de Administração (CRA-SP), presidido por Roberto de Carvalho, autarquia parceira da APM, promoveu em 23 de outubro, em sua sede, o Encontro “Mulheres em Pauta na Sociedade 4.0”, com discussão do papel da mulher frente às propostas da ONU de políticas públicas, carreira, educação e afins.

Outubro Rosa

Mariazinha Hellmeister, presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina e demais Conselheiras realizaram atividades em comemoração ao Outubro Rosa 2018, no Espaço da Cidadania, da Secretaria da Justiça, no dia 17 de outubro. E como todo ano, mais um evento coroado de pleno êxito.

Confederação

A presidente da Confederação de Women’s Clubs do Brasil (WCB), Dra. Orchidéa Corciolli, está feliz pela realização de mais um excelente Congresso Nacional, o XXXIII, desta vez em Natal (RN), com a participação de entidades de todo o Brasil, nos dias 14 a 18 de setembro.

Marilene Mariotoni é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemariotoni@uol.com.br

Municípios aniversariantes



Outubro

Dia 02 - Cruzeiro

Dia 03 - Rubinéia

Dia 04 - Rinópolis

Dia 08 - Magda - 65 anos



Com o plantio de café, arroz, milho e algodão e, posteriormente a criação de bovinos, a região de Magda recebeu muitos agricultores e oficializou o povoado em 1929. A produção agrícola continua sendo um forte setor econômico na cidade. Buscando ampliar a produção da agricultura, a prefeitura implantou o programa Patrulha Agrícola, para a compra de equipamentos aos produtores rurais, pequenos e médios, com baixo valor de prestação. Magda tem 3.500 habitantes.

Dia 10 - Cerqueira César - 101 anos



Cerqueira César se desenvolveu rapidamente graças a duas riquezas: o ouro verde - café e o ouro branco - algodão. É uma das raras cidades que não nasceram ao redor de uma capela, mas em consequência da chegada da ferrovia ao local, que escoava a produção agrícola. Em 1904, a Sorocabana teve a maior receita de embarque de café feito na cidade. Ainda hoje, as fazendas Santa Cecília e São Luiz preservam os sinais da era de ouro do café no município. Cerqueira César tem 20 mil habitantes.

Dia 09 - Bernardino de Campos

Dia 10 - Cosmorama

Dia 10 - Laranjal Paulista - 101 anos



No início do século XVII as primeiras ocupações da região foram motivadas por tropeiros que rumavam a Sorocaba para o comércio de animais. Para o pouso eles ficavam à beira do ribeirão dos laranjais e divulgavam a existência de alongadas e férteis terras do local, atraindo os primeiros pequenos agricultores. O café, algodão, feijão e milho já foram a base econômica do município, que atualmente está voltada para avicultura, cerâmica e fabricação de brinquedos. Laranjal Paulista tem 30 mil habitantes.

Dia 12 - Guaraçai - 70 anos



Desde os primeiros moradores, no início do século XX, as margens do Córrego do Ipê, passando pela emancipação do município em 1948, Guaraçai vem se desenvolvendo na região. As matas deram lugar às plantações de café, arroz e milho com o trabalho da mão-de-obra de imigrantes, principalmente de japoneses, e de brasileiros vindos de outros estados. Guaraçai é uma palavra de origem Tupi que quer dizer sol e também uma árvore da família das leguminosas, nativa das Guianas e do Brasil. Guaraçai tem 8.500 habitantes.

Dia 11 - Pariquera-Açu
Dia 12 - Júlio Mesquita
Dia 12 - Presidente Bernardes
Dia 12 - Três Fronteiras
Dia 12 - Tupã



Dia 12 - Lavínia- 73 anos !

Fundada em 1933 após o avanço da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e da cafeicultura, seguida da produção de mamona, arroz, amendoim e algodão. O Coronel Joaquim Franco de Mello adquiriu uma área e fez o loteamento Núcleo Colonial de Mimosa, a maioria dos lotes foram vendidos aos imigrantes japoneses. A cidade recebeu este nome em homenagem a sua esposa, Lavínia Dauntre Salles de Mello. Em 1960 veio a substituição da cultura do café pela pecuária. A produção de cebola já foi predominante e hoje é a cana-de-açúcar. Lavínia tem 12 mil habitantes.



Dia 19 - Igarapu do Tietê- 65 anos

A partir de 1900 pioneiros promoveram a formação do núcleo urbano do outro lado da margem do Rio Tietê, na altura de Barra Bonita. O Coronel Joaquim Ribeiro loteou parte de suas terras e iniciou-se a construção da capela, concluída em 1926. Em 1903, a Vila São Joaquim foi elevada a Distrito de Paz da Comarca de São Manoel. Recebeu o nome de Igarapu do Tietê em 1938, cuja origem indígena significa canoa grande, alusão ao antigo porto do lugar, usado para comunicação com o município de Barra Bonita. Em 1915 uma ponte uniu as duas margens, obra de Manuel Ferraz de Campos Sales. A emancipação do município se deu em 1953. Igarapu do Tietê tem 25 mil habitantes.

Dia 13 - Porto Feliz
Dia 14 - Ferraz de Vasconcelos
Dia 15 - Ilha Solteira
Dia 18 - Pontal
Dia 19 - Dolcinópolis
Dia 20 - Nova Guataporanga
Dia 20 - Ribeira



Dia 20 - Itápolis- 156 anos

Em 1856, Pedro Alves de Oliveira adquire terras as margens do Ribeirão dos Porcos e doou área para a construção da capela Espírito Santo do Córrego das Pedras. Com sua morte, em 1885, os herdeiros venderam parte das terras atraindo moradores. Dez anos depois, o povoado foi elevado a Vila de Boa Vista das Pedras. Em 1906, o nome foi reduzido para Pedras e, em 1910, mudou para Itápolis. Itápolis tem 43 mil habitantes.



Dia 20 - Tarumã- 25 anos

A origem de Tarumã se dá a partir de 1910 pela exploração da espécie em vegetal no local, que já contava com uma aldeia indígena, provavelmente da tribo dos Xavantes, que trabalhava com o extrativismo. A presença do homem branco afugentou os indígenas e formou-se o núcleo Água do Dourado. Após a alta da produção do café, surgiram o cultivo do milho, soja, trigo e cana, que fazia o aguardente no engenho instalado na fazenda Nova América. Nos anos 1940 transformou-se em usina com produção de cana em escala industrial, e tornou-se a maior fonte de mão-de-obra local e da região. A emancipação política de Tarumã se deu em 1990. Tarumã tem 15 mil habitantes.

Dia 20 - Mogi Mirim

Dia 24 - Itapira

Dia 24 - Timburi



Dia 25 - Casa Branca - 204 anos

Desde 2013, é a Capital Estadual da Jabuticaba. Casa Branca é a única cidade de São Paulo que recebe o turista para visitação no pomar. São 100 hectares e cerca de 1,7 milhão quilos colhidos da fruta para a venda de geleias, licores, caldas e doces. Esse ano espera-se 3 mil visitantes e a prefeitura realiza ações para estimular o comércio e o turismo e fortalecer a economia. A cidade teve suas terras supervalorizadas com a mecanização da lavoura, favorecida por terrenos planos e pela correção química dos solos pobres e tem um dos principais PIB's agrícolas do Estado. Casa Branca tem 30.500 habitantes.

Dia 25 - Flórida Paulista

Dia 25 - Penápolis

Dia 26 - Cândido Mota



Dia 27 - Taquariva  - 27 anos

A economia predomina nos setores agrícola e pecuário, com destaque na produção de grãos de milho, feijão, trigo, aveia, pipoca e soja. O crescimento da produção animal, quantitativa e qualitativamente, ocorre pela excelência em nível técnico levando o município a assumir posição de liderança na formação do valor de produção da pecuária regional. A Indústria também conta com importantes empresas no setor de madeiras. O município é rico em belezas naturais. Seu aspecto hidrográfico conta com o Rio Apia -Guaçu, Córrego da Areia e a Lagoa Paulina de Moraes, no centro da cidade. A emancipação se deu em 1991. Taquariva  tem 5.800 habitantes.

Dia 27 - Bom Sucesso de Itararé

Dia 27 - Holambra

Dia 27 - Ilha Comprida

Dia 27 - Maced nia

Dia 27 - Mairinque

Dia 27 - Marapoama

Dia 27 - Santa Maria da Serra

Dia 27 - Torre de Pedra

Dia 28 - Sandovalina

Dia 28 - São Simão

Dia 28 - Ubatuba



Dia 28 - Novo Horizonte - 101 anos

Novo Horizonte possui duas grandes usinas de açúcar e álcool, as maiores geradoras de emprego aos moradores. O turismo na cidade centenária também movimenta a economia com a rede hoteleira e de pousadas, que acomoda os visitantes, e o bom atendimento na área da alimentação em restaurantes, lanchonetes e pizzarias. O lazer pode ser encontrado no Lago Municipal e na praça em frente à Igreja Matriz de São José, onde se localiza a famosa Fonte, ponto turístico que atrai várias pessoas. Novo Horizonte tem 41 mil habitantes.



Dia 31 - Pedreira - 122 anos

No Circuito das  guas Paulista, a cidade é conhecida como Capital da Porcelana, devido a sua economia ser baseada na venda de louça e porcelana. Possui mais de 500 lojas e atendimento aos finais de semana e feriados. No turismo de aventura, os atrativos são acqua ride, trilhas, passeios a cavalo, pesca, flora e fauna. Um ponto turístico de destaque é o Complexo Turístico do Morro do Cristo. Pedreira tem 47.500 habitantes.



Novembro

Dia 01 - Taciba - 74 anos



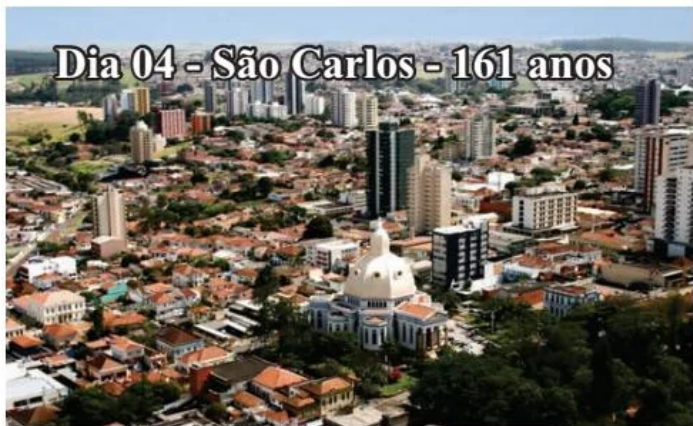
Era uma região de floresta tropical, riquíssima em madeiras de lei e de diferentes espécies de animais. A prática da caça e da pesca era muito utilizada pelos primeiros moradores. Por volta do século XIX cresceu o interesse pela colonização do sertão do Paranapanema e homens incentivados pelo governo da época se embrenhavam nas matas em busca de novos rumos. Em 1887, surgem os primeiros moradores. Mas só em 1915, Francisco Teodoro de Souza fixa-se onde se originou Taciba. O município tem hoje 6.500 habitantes.

Dia 01 - Itatiba

Dia 03 - Gabriel Monteiro

Dia 04 - São Sebastião da Gramma

Dia 04 - São Carlos - 161 anos



Um novo fenômeno social influenciou a região central do Estado nas últimas décadas do século XIX: a imigração. Os imigrantes vieram trabalhar nas lavouras de café, mas também possuíam conhecimento de manufatura e comércio. Como eram muitos italianos havia até um vice-consulado na cidade. A crise cafeeira de 1929 levou os imigrantes a deixarem a atividade rural, passando a trabalhar no centro urbano como operários, no comércio, na prestação de serviços, na fábrica de artefatos de madeira e de cerâmica e na construção civil. Nos anos de 1940, a indústria passou a ser a principal atividade econômica. São Carlos tem 250 mil habitantes.

Dia 05 - Espírito Santo do Turvo

Dia 05 - Guataporã

Dia 05 - Itapetininga

Dia 05 - Pilar do Sul

Dia 05 - Rosana

Dia 08 - Guaimbê

Dia 08 - Piacatu

Dia 14 - Lorena

Dia 14 - Santana de Parnaíba - 438 anos



O centro histórico de Santana de Parnaíba, roteiro dos bandeirantes, rota da cachaça, música na praça, festas populares, artesanato e pesqueiros movimento a cidade turística. O roteiro religioso se destaca, a versão paulista do Caminho de Santiago de Compostela, conhecido como o Caminho do Sol. O peregrino sai do centro histórico e a viagem envolve 12 cidades do interior de São Paulo. Os devotos percorrem 240 km, cruzando trilhas, trajetos rurais e estradas entre as cidades de Santana de Parnaíba, na Grande São Paulo, até Águas de São Pedro, encerrando a peregrinação. Santana de Parnaíba tem 137 mil habitantes.

Dia 14 - Serra Azul - 91 anos



A distribuição do PIB de Serra Azul está no setor de serviços, que lidera os demais. O destaque na agricultura é a cana-de-açúcar, seguida da soja e do amendoim, que são culturas normalmente usadas para adubação natural do solo. Além de produção de pecuária, leite e avicultura. Em 1885 tornou-se distrito pertencendo ao município de São Simão e município em 1927. Serra Azul tem 14.500 mil habitantes.

Dia 16 – Aguas de Lindóia
Dia 17 – Bálamo
Dia 19 – Itaoca
Dia 19 – Santo Anastácio
Dia 20 – Auriflama
Dia 21 – Nazaré Paulista
Dia 22 – Alvaro de Carvalho
Dia 22 – Monte Castelo
Dia 26 – Tremembé



Dia 27 - Tabapuã - 99 anos

Nas longas travessias de viajantes por estradas desertas no interior de São Paulo, atravessando extensas regiões despovoadas, muitas vezes não havia uma casa para o descanso e pouso. Assim, foi construída uma pequena casa de sapé por aqueles que seguiam de Jaboticabal e outros pontos para a região de São José do Rio Preto. Como distrito, Tabapuã progrediu com a produção da lavoura, especialmente de café, cereais e cana de açúcar e a criação de gado. A emancipação política ocorreu em 1919. Tabapuã tem 12.500 mil habitantes.



Dia 30 - Adolfo - 59 anos

Em 1936 Vitorio Voltolini, pastor protestante, loteou parte de sua propriedade para formação de um povoado, que recebeu o nome de Jericó. Em 1941 inaugurou-se a primeira capela construída pela população nas terras de Adolfo do Amaral Mendonça. A unificação em torno do nome da vila foi resolvida ao ser denominada de Adolfo. A primeira estrada de rodagem nas proximidades foi construída por Fernando Danielli Mendonça, e mais tarde melhorada pela população. O município emancipou-se em 1959. Adolfo tem 3.600 habitantes.

Dia 27 - Vargem Grande Paulista
Dia 28 - Franca
Dia 29 - Mirante do Paranapanema
Dia 29 - Promissão
Dia 30 –Alvares Machado
Dia 30 –Cosmópolis
Dia 30 –Echaporã
Dia 30 –Elias Fausto
Dia 30 –Franco da Rocha
Dia 30 –Guapiaçu
Dia 30 –Guaraci
Dia 30 –Guarantã
Dia 30 –Herculândia
Dia 30 –Ibirarema



Dia 30 - Irapuã - 88 anos

As famílias de lavradores que chegaram ao local no início do século XX formaram suas fazendas. Com o aumento da população batizaram o povoado de Cervinho, por ser localizado as margens do córrego de mesmo nome. A produção em grande escala de café foi tardia, em 1926, porém obedecendo a métodos racionais de plantio. O pioneiro na plantação de café foi Amadeu Bruzza da fazenda Firmeza. Em 1930, a Vila Cervinho passou a distrito de Novo Horizonte, recebendo o nome de Irapuã. Pouco depois, foi estabelecida a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. Em 1944 o município se emancipou. Irapuã tem 8 mil habitantes.

Dia 30 –Lutécia
Dia 30 –Manduri
Dia 30 –Miracatu
Dia 30 –Nova Aliança
Dia 30 –Oriente
Dia 30 –Paulo de Faria
Dia 30 –Quintana
Dia 30 –Registro
Dia 30 –Sales



Quando o tomógrafo eram as mãos

Não é incomum que, em rodas de prosa na qual os proseadores são maiores de 70, comente-se sobre doenças, remédios, médicos etc. Uma das coisas que mais me chama a atenção quando escuto tais papos, diz respeito aos velhos tempos em que não existiam tomografia, colonoscopia, endoscopia, ultrassom e outros métodos, digamos assim, computadorizados; com os doutores dispondo apenas do tato, audição e olhos para detectar os males que afligiam os enfermos. Daí que muitas pessoas acabam por concluir o seguinte: atualmente os chamados facultativos praticamente não apalpam mais os doentes, salvo raras exceções. Ou seja, o camarada chega ao consultório com algumas dores d'estômago, por exemplo, e, sem toques manuais, o profissional de branco logo pede uma tomografia. Que vasculhará a cavidade abdominal do coitado, descobrindo não apenas males que lhe podem estar a minar o corpo como, certamente, também chagas que lhe dilaceram a alma.

Bom, sou do tempo em que essas máquinas modernas não existiam para devassar os esconhos rincões dos nossos organismos. O mais avançado processo de invasão orgânica disponível era apenas o lendário Raios X que, mesmo usado ainda hoje, pode se dizer que vem dos tempos de Cabral. Lembro, até com certa emoção, que, mais de uma vez, na minha já longínqua adolescência, o doutor Arcelino Leão, em Belém do Pará,

ante algum mal estar que fazia minha mãe chama-lo em casa para me examinar; encostava o ouvido em minhas costas para pedir, até com certa candura, que eu dissesse 33. Depois, apalpando, nunca deixou de descobrir a eventual patologia. Curando-a.

Confesso que mesmo já tendo sido obrigado a me submeter à cibernética invasão das máquinas computadorizadas, tenho profunda confiança nos médicos que usam tato, olfato e visão no decorrer de consultas. Dois dos profissionais a que de vez em quando recorro em Campinas, doutores Carlos Alberto Muraro e João Rocha, sempre começam seus diagnósticos dedilhando aqui, ouvindo ali, sentindo acolá, como o velho Arcelino que cito acima. Algo me diz que sempre que eles pedem uma tomografia, o fazem apenas para tirar dúvidas.

Mas, alguém pode estar a perguntar; e como funciona, em certos casos, a interação entre as mãos de um médico e a máquina de última geração que ele utiliza para debelar algum mal? Respondo contando que, dia desses, fui testemunha de um caso singular. Que ocorreu quando um amigo, com problema na vista, me pediu para acompanhá-lo durante processo a que deveria se submeter com o médico João Alberto Holanda de Freitas, considerado o papa da oftalmologia em Campinas.

Então, de repente, me vi numa pequena sala onde o doutor sentou o

paciente diante de uma máquina de última geração que deveria emitir Raios Laser para debelar o mal que afligia um dos olhos avariados, dado que o outro foi perdido num acidente na meninice. Não foi processo demorado, porém percebi que demandava certa delicadeza de movimentos de Holanda. Findo o evento, saí com o meu amigo ainda a experimentar a visão meio embaçada pela utilização de um gel essencial à intervenção. Levei-o em casa e, mais ou menos umas dez horas depois, voltei para saber com estava passando.

— Muito bem — respondeu, de pronto.

— Que bom — acrescentei — essas máquinas modernas da oftalmologia certamente fazem um trabalho perfeito.

— Engano seu — ele sorriu — quem fez o milagre não foi a máquina, sim as mãos do doutor Holanda com a habilidade e precisão com que a manejou; inclusive ao instilar medicamentos no meu globo ocular, dentro do processo.

— E você está vendo bem? — Indaguei.

— Exatamente como o cego Bartimeu depois que, em Jericó, como a Bíblia conta, Jesus Cristo pousou as mãos sobre os olhos dele. Estou enxergando até no escuro.

O que me fez concluir que as máquinas são de fato boas neste mundo cada vez mais digitalizado da medicina. Mas dependem, principalmente, dos dez dedos do profissional que as manipula.



Carteira de Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.
Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você Gestor Municipal

Solicite a sua !

Fone: (11) 2165.9999
apaulista@apaulista.org.br





**FUNDAÇÃO
IVETE VARGAS**
PESQUISA E EDUCAÇÃO POLÍTICA



UNCORFIV
Universidade Corporativa
da Fundação Ivete Vargas

A **Fundação Ivete Vargas** é uma entidade civil, de direito privado, com sede em Brasília, tem como missão, fomentar e realizar pesquisas e estudos de educação e formação política, além de promover a formação cidadã.

A instituição também comprometida com o desenvolvimento do país, busca, promover a capacitação no meio político, da administração pública, e civil, através de cursos elaborados e implementados pela Universidade Corporativa da Fundação Ivete Vargas (UNCORFIV), sua Universidade virtual

A **FIV** e **UNCORFIV** convidam pessoas envolvidas nestas áreas, além de gestores administrativos, agentes políticos, atores sociais, cidadãos, a participarem de seus cursos gratuitos de capacitação e formação oferecidos pela UNCORFIV.

A entidade também é responsável pelo:

- planejamento,
- organização
- promoção,
- de congressos
- conferências
- seminários, de interesse público,

Tudo isso, através da celebração de convênios.